

VALENTIM F. BOUÇAS

INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Separata de
"OS GRANDES
PROBLEMAS
NACIONAIS"

D. I. P.

1 9 4 2

Não se compreenderia, em qualquer circunstância, a constatação do que se faz em prol da solução de um problema, sem uma prévia exposição das determinantes desse problema e dos fatores que influíram implicitamente no seu desenvolvimento.

No caso particular do tema cujo título é o próprio título deste trabalho, essa verdade se aplica de maneira direta.

Para apreciar-se a orientação dos passos que o Brasil, a partir de 1930, vem dando no sentido de alcançar, no terreno econômico, a consolidação da independência política conquistada em 1822, necessário é, em primeiro lugar, recordar objetivamente as etapas fundamentais de história brasileira.

Sabe-se que a História é um todo, constituído pela intercorrelação de fatores e de épocas. Estudar, em consequência, um dos seus aspectos, especialmente no campo econômico — que é, por assim dizer, o arcabouço, ou melhor, a base mesma em que se funda a História — é como extrair partículas de sua essência.

Diante disso, do ponto de vista da História, e do ponto de vista da Econômica é o mesmo que remontar-se àquelas origens de onde partem as linhas mestras da vida nacional e acompanhar-se o seu desdobramento através dos tempos até os dias que correm, que é justamente quando a nossa emancipação começa a se esboçar.

Sem um conhecimento panorâmico, isto é, do clima e do ambiente que propiciaram os fatores cuja soma constitui o característico histórico, ou por outra, o traço da personalidade nacional, a compreensão do que vale, para um povo, o seu presente, seria tão despida de significação quanto o querer-se interpretar o desenvolvimento de uma Nação isolando-a egoisticamente no tempo e no espaço.

É que, hoje — deixando-se naturalmente de lado as circunstâncias extraordinárias criadas pela guerra — devido ao considerável intercâmbio mantido pelas nações em todos os domínios da atividade humana, não existe mais, entre estas, uma que se possa classificar propriamente de independente, mau grado os pruridos autárquicos ultimamente em evidência. O que existe, na realidade, é uma interdependência mútua, sem desrespeito, não obstante, à hierarquia econômica.

Há nações que se industrializaram, e são as que lideram, e há as que permaneceram em estágio elementar, de regime extrativo ou de simples produção de matérias primas, que são as dependentes. A eco-

nomia e os próprios sistemas políticos de cada uma em particular e as relações bilaterais ou do conjunto de grupos por elas formados, são uma decorrência dessa situação.

A independência econômica do Brasil deve ser estudada, portanto, à luz de seus esforços em busca do progresso industrial, cuja origem está em Mauá (1850-76), mas cujo ponto de partida está na Grande Guerra (1914-18). Seu ritmo seguro, porém, começou de fato com a Revolução de 1930, para encontrar sua concretização no ano em curso, com a siderurgia em organização.

Assim, para honestamente chegar-se às conclusões que oferece esta última década da vida brasileira, é preciso analisar-se as causas nacionais e universais que influíram em nossa formação, partindo do Descobrimento e passando pela Independência e a República.

Há uma série de princípios que convém ter presente toda a vez que se quiser estudar a vida brasileira, etapa por etapa, sob o prisma econômico.

O primeiro é aquele que faz coincidir os três períodos nacionais com as três revoluções fundamentais da Civilização.

Assim, a Descoberta ocorreu no início da Revolução Comercial; a independência, de seu lado, foi proclamada quando se iniciava a revolução industrial, e a República, por fim, nasceu com a revolução super-industrial em que está vivendo o mundo. O motivo por que o país não acompanhou o ritmo de progresso das grandes nações, retardando-se de um século das duas primeiras eras e de meio século da terceira, serão analisados a seu tempo.

O segundo princípio demonstra que a economia brasileira se originou e ganhou expressão própria através de determinados produtos ocasionalmente em evidência, o que caracteriza uma tendência constante para a monocultura dos "produtos-reis", na definição de Normano, e assinala as alternativas de altas e baixas verificadas até há pouco. No período colonial, foi em torno do pau-brasil, do açúcar, da pecuária, do algodão, da mandioca, do ouro e das pedras preciosas que girou o povoamento, trazendo consigo a formação econômica e a unidade nacional. De igual maneira, foi com base no café, no fumo, nos cereais, na borracha, no cacáu e nos caminhos de ferro que o Império cresceu e se avolumou economicamente, contraindo os grandes empréstimos que a República aumentaria. A este período concedeu característico, finalmente, o início das indústrias de transformação e um começo de policultura e de sua sistematização, pois se todas aquelas produções tiveram seu esplendor, também sofreram crises que, se não as liquidaram definitivamente, pelo menos abalaram o sector sobre o qual influíam, influindo assim sobre a infra-estrutura nacional.

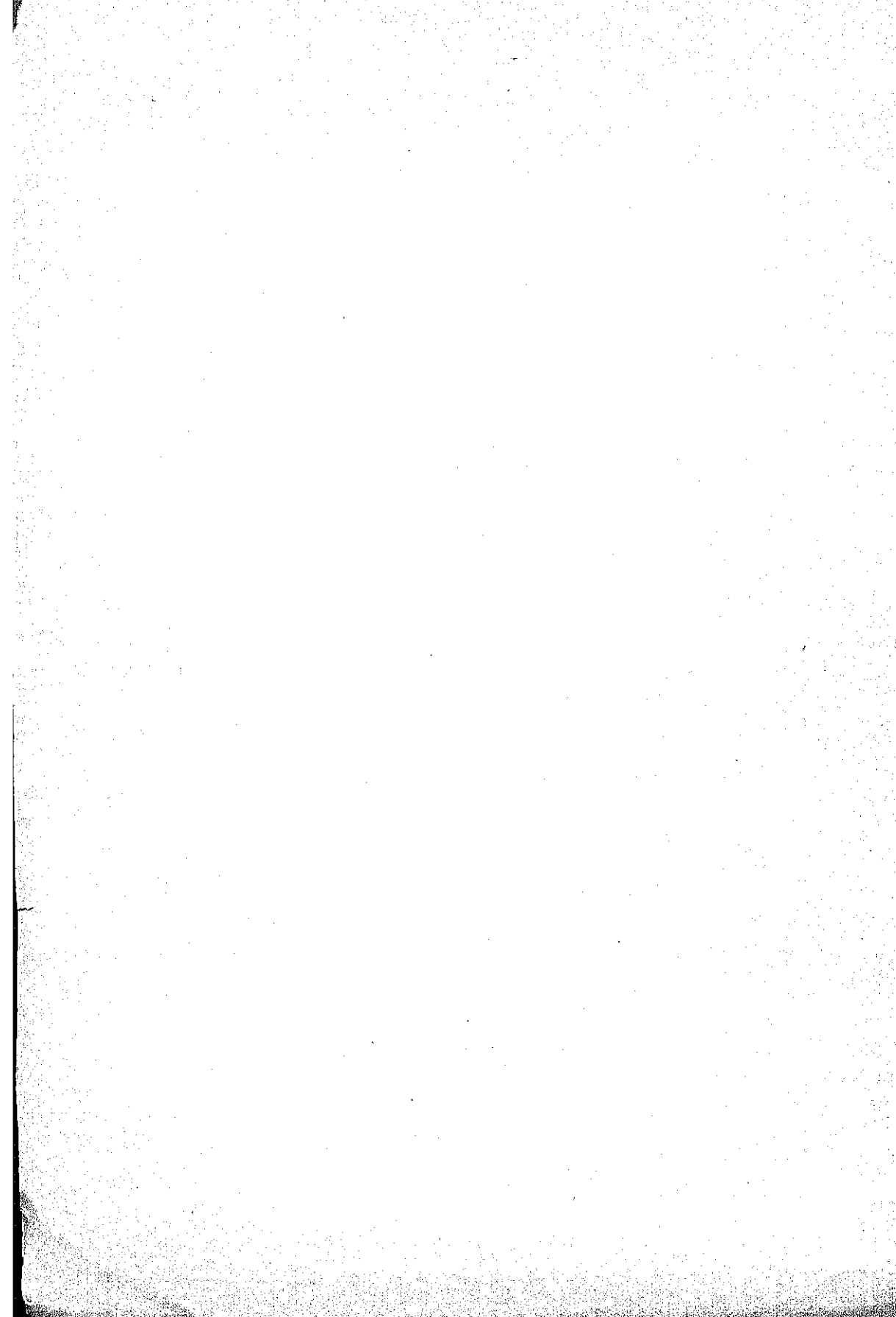
O terceiro princípio refere-se ao fato de ter cada uma das três etapas econômicas do Brasil incidido sobre as três etapas políticas. A abertura dos portos, em 1808, derivou no grito do Ipiranga, em 1822. A abolição do trabalho servil, em 1888, terminou na proclamação da República, no ano seguinte. E a emancipação econômica, a vir pela grande siderurgia e os combustíveis, em 1940, provém da vitória em 1930, a qual coincidiu com a passagem do mundo de uma fase de posguerra para outra de preguerra.

Sintetizando-se o que acima ficou dito, pode dizer-se que os tres grandes periodos economicos de nossa história se definem da seguinte forma: na colônia, o Brasil trabalhou para Portugal; no Império, como semicolônia, trabalhou para a finança européia; na República, idem e ainda para a finança internacional. Só no presente, tendo acertado suas contas com os chamados credores externos, o Brasil trabalha para si mesmo e isto representa meio caminho andado quanto à sua independência econômica. A outra metade cabe à industrialização, cuja etapa efetiva começará com a siderurgia.

Finalmente, com a libertação da tutela do capital financeiro internacional e a criação da grande indústria, pode o Brasil considerar-se uma das maiores nações da terra. Assim como, no decênio que ora finda, avançamos meio século, na década que se inicia teremos recuperado todo o tempo perdido — perdido mais pelas dificuldades que se nos opuseram do que propriamente por culpa nossa.

Entretanto, é necessário que se frise bem que o segredo do êxito alcançado pelo Brasil ao elevar-se tão vertiginosamente em apenas dez anos — mais celeremente nos últimos três — em relação aos seus próprios problemas vitais, está precisamente na adaptação de seu regime político-econômico às exigências e flexibilidade desta era do avião e do rádio, em que as grandes decisões históricas, para alcançar seus objetivos, não de ser tomadas e executadas, simultaneamente e com a maior subitaneidade.

Estabelecidas, nos respectivos pontos de partida, as grandes coordenadas da vida nacional em sua lenta marcha através dos séculos, buscando sempre o progresso, o que vale dizer, demandando os altos destinos reservados às nações poderosas, constata-se a dinâmica da evolução brasileira e chega-se invariavelmente àquela realidade que a etapa presente deve significar — a transição da crisálida, isto é, da borboleta de aço que fenderá os céus da América e do Mundo, como um símbolo de pujança, mas também de justiça social e de amizade para com todos os povos.



DA DESCOBERTA À INDEPENDÊNCIA

O Brasil nasceu para o mundo justamente quando o mundo civilizado passava por uma transformação profunda em sua superestrutura. A Renascença fazia sentir sua influência em todos os domínios da atividade humana.

O crescimento vertiginoso das populações e a modificação do sistema político, com a soberania das nações sobre o poder dos feudos, haviam determinado uma ampliação no campo social e comercial. Por outro lado, à medida que o poder aquisitivo dos povos europeus se acentuava, maiores eram as necessidades de consumo e a produção, não estando à sua altura, forçava a procura de suprimentos em novas fontes extracontinentais.

Dai a intensificação dos transportes marítimos e, em consequência, o aperfeiçoamento progressivo da navegação.

Vivia a Europa, em face dessas imposições da História, a fase decisiva de sua renovação, aquela que encontraria sua mais perfeita expressão nas aventuras marítimas dos grandes descobridores. Quando o Brasil foi descoberto, a Revolução Comercial ia em adiantado, com os novos estímulos a ela trazidos pela façanha dos espanhóis, descobrindo a América.

A invasão do ouro conquistado de início aos mexicanos e peruanos determinára, na Europa, uma baixa nos preços das utilidades e, portanto, um alargamento no consumo dos principais artigos de importação da época: corantes, especiarias, açúcar, pedras preciosas, etc.

Assim, pela carta de Pero Vaz Caminha, soube D. Manuel, o Venturoso, que o país descoberto era opulento em pau-brasil — a madeira mais rica em tinta vermelha — e que em suas terras o que se plantasse vingaria. Pouca importância, porém, deu a Coroa às terras descobertas, ao ponto de arrendá-las a um rico comerciante de Lisboa.

Mais tarde, entretanto, devido ao sempre maior consumo do açúcar na Europa e também ao perigo que constituía o interesse demonstrado pelos franceses por aquelas terras e à suspeita diplomacia de suas relações com os indígenas que a habitavam — aos quais não procuravam escravizar, mas com eles estabelecer comércio — e estimulado ainda pelo ouro e pedras preciosas descobertas pelos espanhóis em suas possessões da América, resolveu D. João III fosse o país explorado economicamente por administrador diretamente ligado à Coroa. A escolha recaiu em Martim Afonso de Sousa, cuja expedição trouxe para o Brasil, além de

brilhante séquito de aventureiros que objetivava exclusivamente a mineração, alguns escravos africanos, sementes de algodão, mudas de "canas doces" e material de lavoura e construção. (1)

Foi então que começou o verdadeiro aproveitamento das riquezas naturais do país. O pau-brasil encheu as náus lusitanas durante anos seguidos por mais de um século. Constituiu tão grande riqueza que seu nome sobrepujou ao de Santa Cruz, dado em primeiro lugar ao país descoberto por Pedro Alvares Cabral.

A cana, parece, encontrara o seu verdadeiro "habitat" e sua cultura desenvolveu-se surpreendentemente por toda a costa, desde S. Vicente até o Maranhão, tornando Portugal senhor absoluto dos mercados consumidores da Europa, cetro que só perdeu quando os ingleses e os espanhóis intensificaram a produção nas Antilhas.

A distribuição das capitanias estabeleceu as bases em que se fundou a divisão administrativa do território, respeitada mais ou menos até hoje.

A busca de minerais e de índios para escravizar, levou os colonizadores às aventuras da penetração e foi essa a época das "bandeiras", de onde derivou também a avultada pecuária da época.

Sob o aspecto militar, as lutas do período colonial foram mantidas principalmente contra os franceses, os holandeses e os espanhóis. Entre todas, as mais longas foram as do Sul, na Colônia do Sacramento. Os movimentos nativistas ocorreram principalmente em São Paulo, Minas, Baía, Maranhão e Pernambuco.

Por fim, a mudança da sede do Império, de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, criou as condições essenciais à emancipação do país, que se verificou em 1822.

Estabelecidas essas premissas, convém estudar a maneira por que ocorreram e os reflexos que tiveram sobre os acontecimentos posteriores.

POVOAMENTO E PRODUÇÃO

O povoamento pautou-se em função direta das condições que as diversas regiões ofereciam às possibilidades da produção. Essa a razão por que o Nordeste constituiu, até quase o fim do Império, o eixo da economia brasileira.

Dizia Brandônio, em 1618, nos "Diálogos das Grandezas do Brasil", que "o açúcar é a principal coisa com que todo este Brasil se enobrece e se faz rico". Com efeito, ao açúcar deve-se em primeiro lugar o povoamento do litoral. Foi a cultura das "canas doces" que forçou a importação dos escravos africanos e fixou o colono à terra, deu feição própria à economia colonial, concentrando-a nas capitanias nordestinas.

(1) — Frei Vicente do Salvador — "História do Brasil".

O algodão, a mandioca, o tabaco e as especiarias foram culturas anexas à do açúcar.

Depois do açúcar vem a mineração. Porém a esta cabe, em outro sentido, responsabilidade de não menor importância. A procura de veios auríferos, assim como de índios para a lavoura açucareira, devem-se as "entradas" pelo "hinterland", das quais resultaram o desbravamento de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e o estabelecimento das rotas que demandam a bacia amazônica, bem como das principais estradas de penetração por onde até hoje trafegam as riquezas do interior.

Entre outras consequências das "bandeiras" que buscavam o ouro e as pedras preciosas escondidas no coração da terra e os selvagens que haviam sido repellidos para o âmago das florestas, há a assinalar, ainda, o estabelecimento da pecuária, a cujo desenvolvimento deve o Brasil a parte substancial da deslocação de suas fronteiras econômicas na direção do oeste.

Foi justamente o rebanho levado pelo bandeirante para abastecimento de seu trôço de homens que, multiplicando-se, transformou os "currais" em fazendas e os mineiros em fazendeiros. As lavouras vieram, depois, como consequência dessa fixação do homem em algumas regiões do interior. E os tropeiros e mascates encarregaram-se de pô-los em contacto mais ou menos permanente com o litoral, consolidando assim, por seu tráfego, as vias de transportes terrestres e fluviais.

Dêsse modo, os engenhos e os currais foram as células primitivas em que ainda hoje repousa o regime agrário do país.

O sal e o couro derivaram das necessidades gerais. A indústria quase nenhuma participação coube no desenvolvimento colonial, não só pelas dificuldades de ordem técnica como, especialmente, pelas de ordem política. As disposições régias de D. Maria I, em 1885, proibindo qualquer outra atividade industrial no país além da açucareira, liquidaram todos os pruridos de estabelecimento da siderurgia e da tecelagem.

As "missões" organizadas pelos jesuitas, para a catequese, localizando os índios pelo trabalho, contribuíram para a formação de núcleos de populações que mais tarde se entrosaram com as lusas e africanas.

A escravidão negra, tendo se intensificado como decorrência da falta de braços, pela insuficiência de colonos (1) e a inadaptação dos selvícolas ao trabalho organizado, constituiu-se em um dos mais consideráveis fatores do povoamento. Calcula-se em 3.300.000 os escravos importados da África até meados do século XIX. Essas cifras referem-se até 1850, e baseiam-se no fato de terem sido trasladados da África para a América 10 milhões de negros, 30 % dos mesmos o foram para o Brasil.

(1) — Em 1583, por exemplo, a população lusitana, na colônia, era de 25 mil almas.

As tentativas de colonização estrangeira resultaram em quase nada, contando-se os dois mil suiços trazidos em 1818, para Nova Friburgo, e os 200 galês que a Itália mandou como primeira leva de três mil colonos prometidos em tratado.

Não obstante, em 1819, segundo relação fornecida pelos bispados, a população do Brasil já atingia a 4.480.468 almas, assim distribuídas: livres 2.543.799; escravos 1.136.669 e índios 800 mil.

POPULAÇÃO DOS BISPADOS DO BRASIL EM 1819

Os dados entregues ao desembargador do Paço e à Mesa da Consciência e Ordens, pelos prelados (1)

Nome da Diocese	População		Soma	%
	LIVRE	ESCRAVA		
Pará.	121.246	51.840	173.086	3,86
Maranhão.	261.220	201.176	462.296	10,32
Pernambuco.	455.248	192.559	647.807	4,46
Baía.	419.432	173.476	592.908	13,23
Rio de Janeiro.	505.543	200.506	706.049	15,76
São Paulo.	269.379	122.622	392.001	8,75
Mato Grosso.	33.806	13.280	47.086	1,05
Goiáz.	21.250	16.000	37.250	0,83
Minas Gerais.	456.675	165.210	621.885	13,88
Total da população conhecida.	2.543.799	1.136.669	3.680.468	82,14
Índios ou selvagens.	—	—	800.000	17,86
Total da população do Brasil. .	—	—	4.480.468	100,00

As cifras gerais da exportação do Brasil, desde o Descobrimento até a Independência, estão avaliadas pelo sr. Roberto Simonsen, em 536 milhões de esterlinos, assim discriminados:

Açúcar — valor de sua exportação	£ 300.000.000
Mineração — ouro e diamantes — idem, idem	£ 170.000.000
Couros — idem, idem	£ 15.000.000
Pau Brasil — e outras madeiras — idem, idem	£ 15.000.000
Tabaco — idem, idem	£ 12.000.000
Algodão — idem, idem	£ 12.000.000
Arroz — idem, idem	£ 4.500.000
Café — idem, idem	£ 4.000.000
Cacau, especiarias — e várias outras drogas — idem, idem	£ 3.500.000
	<hr/>
	£ 536.000.000

(1) — Dados tirados da "História Econômica do Brasil" — 1500-1820 — (Roberto C. Simonsen).

Se se levar em consideração o montante dos capitais investidos, que até 1570 já atingia a cerca de 500 mil contos em material e navios, mais os 100 milhões de libras que custou a importação de escravos e mais os 150 milhões de cruzados deixados por D. João VI e sua corte, ver-se-á que o legado do regime colonial ao imperial não foi de proporções reduzidas.

EVOLUÇÃO POLITICA

A pesar dos compreensíveis percalços que sempre representaram para a exploração da terra a hostilidade dos indígenas e as tentativas de conquista por parte de outros povos europeus, bem como a pirataria, por vezes arbitrária, porém, frequentemente oficial ou semiformalizada, que reinava nos mares, a colônia progrediu e se desenvolveu em todos os sentidos. Uma abastada aristocracia rural se consolidou através do trabalho e de algumas leis que a Metrópole cuidava de expedir para garantia dos rendimentos que ela lhe fornecia e pelo caráter militar de que se revestia, pois cada senhor de engenho ou cada fazendeiro era um caudilho com muitos soldados, como ficou demonstrado por ocasião das guerras francesas e holandesas.

Aos poucos, com o decorrer dos tempos, com a vinculação ao solo dos primeiros colonos, a mistura das três raças e o desdobramento destas em novas gerações brasileiras, foi nascendo um forte sentimento nativista, o qual se acentuava à medida que as exigências da Metrópole cresciam em voracidade.

Disposições consideradas odiosas pelo elemento nacional e que outras não eram do que inteligentes medidas adotadas por tôdas as metrópoles da época, com o intuito de evitar o fortalecimento econômico de suas colônias — fonte de onde emanava permanentemente o perigo irredentista — encheram de não pequenas lutas a história do período colonial.

Assim, a Inconfidência Mineira, em 1789, surgiu dos férreos e implacáveis métodos fiscais dos delegados do governo, os quais não admitindo a redução da produção aurífera das Minas Gerais como decorrência do esgotamento das lavras, mas como sonegação do que lhes devia ser entregue, se excediam em desmandos. Da mesma sorte foi a revolta dos maranhenses contra o monopólio da Companhia do Comércio do Maranhão, em 1682, chefiada por Beckman, o qual, como Tiradentes, pagou na força pelo seu espírito de brasilidade. A guerra dos Emboabas, em 1709, em Minas Gerais, originou-se da luta pelas terras auríferas entre os "paulistas" e os aventureiros reinóis, cheios de privilégios em detrimento dos interesses dos nacionais. João de Figueiredo Costa, o "Maneta", foi herói da revolta dos baianos, em 1710, contra os excessivos preços do sal cobrados pela Coroa com o objetivo de custear uma guarda de costa para combater os flibusteiros. Em Pernambuco, a Guerra dos Mas-

cates, em 1711, originou-se da remessa, para o Rio, dos saldos das arrecadações fiscais. Também a República dos Palmares, destruída em 1697, teve origem no espírito de emancipação dos escravos.

Numerosos e frequentes foram êsses motins nativistas e todos êles tiveram causas de caráter econômico, como a arrecadação exagerada, a brutalidade dos dominadores e a insaciabilidade da Coroa. As mais suntuosas construções de Lisboa e a própria reconstrução da cidade, o luxo desmedido em que vivia a Córte e até mesmo os 27 milhões de libras que custaram a D. João V, em 1745, a criação do Patriarcado de Lisboa e o título de "Fidelíssimo" que lhe concedeu o Papa, tudo foi pago com as rendas provenientes do Brasil.

A V I N D A D A F A M Í L I A R E A L

As guerras napoleônicas é que provocaram a mudança da sede do império lusitano de Lisboa para o Rio de Janeiro, cuja importância como entreposto entre o Sul e o Norte, crescera consideravelmente a ponto de tornar-se capital do vice-reino. Napoleão, dominando a Europa continental, com exclusão da Grã Bretanha, forçara a realização desse acontecimento já por várias vezes considerado pelos estadistas portugueses, especialmente o marquês de Pombal, quando do terremoto que destruiu Lisboa, em 1755.

As circunstâncias em que se deu essa mudança, tanto do ponto de vista mundial quanto do nacional, acarretariam consequências dos mais diferentes matizes. Entretanto, as mais profundas seriam, sem dúvida, aquelas que dizem respeito à elevação de um país, então simples colônia, à categoria de sede de um Império, e as que dariam às medidas governamentais, então tomadas, influência decisiva em relação ao seu desenvolvimento econômico e à sua própria emancipação.

A chegada de D. João VI ao Brasil foi, nessas condições, o início de uma sucessão de fatos que resultaram no grito do Ipiranga. O registro cronológico desses acontecimentos seria demasiado longo, mas o simples fato dessa fase tão fecunda da vida econômica do país ter-se iniciado com a abertura de seus portos ao comércio de outras nações, concede foros de etapa histórica. Outro não pode ser, portanto, o sentido da administração de D. João VI, que elevou a colônia a reino e este, por si mesmo, se elevou a nação independente. Aliás, na memória que dirigiu ao seu monarca, em 1803, e que sem dúvida influiu na decisão histórica, o conde de Linhares já mostrava as perspectivas dessa providência: "Portugal não forma a parte essencial e melhor da Monarquia. No Brasil há a possibilidade de se criar um poderoso império".

É que, até 1808, o Brasil, na qualidade de colônia, afora o que produzia para o seu consumo, tinha todo seu comércio externo dependente

da aduana de Lisboa. Era a Metrópole que propriamente negociava com as suas exportações e as suas importações e delas auferia todos os proventos.

Com o progressista Pombal, a partir de 1755, Portugal empreendera esforços gigantescos "em que se empenhavam tôdas as suas classes", no dizer de um historiador, a fim de alcançar a renovação econômica em que se haviam adiantado outros povos europeus. O Brasil fôra, sem dúvida, a base de tais esforços, como o comprova a participação de mais de 50% dos produtos brasileiros nas exportações portuguesas para as demais nações, exportações que apresentaram por largo período saldos substanciais sôbre as correspondentes importações. Em certos anos, o referido saldo ultrapassou os 6 milhões de esterlinos.

As finanças da colônia sempre haviam sido limitadas, de vez que era a Metrópole que as manipulava. Mas efetuada a mudança da família real, os orçamentos entraram em ritmo de organização, segundo se verifica do quadro abaixo:

ORÇAMENTOS GERAIS DO BRASIL DESDE 1808 ATÉ 1820

ANOS	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇAS
1808.	2.258:172\$499	2.234:985\$204	+ 23:187\$295
1809.	2.884:982\$183	2.916:206\$687	— 31:224\$504
1810.	5.251:200\$524	5.524:291\$164	— 3:090\$640
1811.	3.691:884\$485	3.689:416\$406	+ 2:468\$079
1812.	3.237:541\$397	3.240:295\$820	— 2:754\$423
1813.	4.891:884\$932	4.899:782\$139	— 7:897\$207
1814.	4.367:316\$580	4.354:157\$650	+ 13:158\$930
1815.	4.897:343\$597	4.909:282\$441	— 11:938\$844
1816.	5.949:760\$503	5.923:823\$069	+ 25:928\$434
1817.	7.140:109\$873	7.169:944\$406	— 29:834\$533
1818.	7.949:415\$607	7.923:798\$561	+ 25:617\$046
1819.	8.673:109\$122	8.660:978\$179	+ 12:130\$943
1820.	9.762:891\$116	9.715:628\$699	+ 47:262\$417

O meio circulante era restrito. D. João e sua comitiva, composta de 15 mil pessoas, trouxeram haveres calculados em 200 milhões de cruzados, porém até então — estima Amaro Cavalcanti — o numerário do país montava a 9 ou 10 mil contos, sendo 2/3 em ouro e 1/3 em prata. O cobre, como moeda divisionária, a pouco atingia.

Nas "Memórias dos Benefícios Políticos do Governo de El Rey Nosso Senhor D. João VI", na "História Geral do Brasil" e na "História Econômica do Brasil", José da Silva Lisboa, Pôrto Seguro e Roberto Simon-

sen, respectivamente, especificam as iniciativas tomadas pelo governo no sentido de aparelhar o país para as suas novas necessidades: abertura dos portos; revogação da lei de 1785 que proibia as indústrias; fundação do primeiro Banco (Banco do Brasil, 1813); isenção de direitos para as matérias primas necessárias à indústria nacional; isenção de impostos para novas culturas de especiarias e para as lavouras às margens das novas estradas; estímulo à cultura do café; introdução de colonos estrangeiros e legislação garantindo aos lavradores "o privilégio de não serem executados na propriedade de seus engenhos, fábricas e lavouras, e somente em uma parte de seus rendimentos".

Em verdade, antes mesmo de sua mudança para o Brasil, já D. João VI adotava medidas favoráveis ao desenvolvimento da colônia, tais como a supressão dos dois tributos mais pesados e odiosos, o monopólio do sal e o imposto de importação sobre o ferro, bem como permitiu o estabelecimento de fábricas de ferro. Isso em 1795, portanto antes da revogação da lei proibitiva de D. Maria I, em 1785.

De período tão intenso diria também Euclides da Cunha: "Um estudo pormenorizado revelaria o excepcional descortínio dessa administração onímoda. Nada lhe escapou ao influxo: as questões mais altas e os casos mais ao parecer despidiendos revezam-se aclarando todos os aspectos do existir da nacionalidade nascente, onde tudo estava por fazer. Os atos administrativos vão, de terra em terra, das medidas mais simples às resoluções mais complexas".

Para todas essas iniciativas de caráter econômico contribuíram, decisivamente o brasileiro José da Silva Lisboa, visconde de Cairú, professor de economia, que se tornara conselheiro real, e o ministro lusitano conde de Linhares. Ambos adeptos dos princípios livre-cambistas de Adam Smith, procuraram com sua influência sobre o soberano fazer do Brasil uma potência à altura das maiores da época.

A abertura dos portos e a redução dos direitos a 15%, em 1808, representam na vida do Brasil um acontecimento de fundamental importância, e o tratado Strangford-Linhares, assinado dois anos depois, foi renovado pelo Brasil em 1827.

Naquela época, a fim de dar combate a Napoleão, a Grã Bretanha isolara, pelo bloqueio de sua esquadra, a Europa continental. Ficara, dessa sorte, a única potência industrial em condições de negociar com o Brasil. Acresce que sua marinha mercante, além de ser infinitamente superior à lusitana, pelo referido tratado passara a gozar de idênticos direitos nos portos brasileiros, e aconteceu ainda que se agravassem, na mesma época, os conflitos com os Estados Unidos, de onde se supriam especialmente de algodão as suas indústrias.

A consequência mais direta desses fatos foi, para o Brasil, a entrega do monopólio de suas transações internacionais à Grã Bretanha, até

1844, data do primeiro gesto protecionista, iniciativa do ministro Alves Branco. Assim, inaugurou-se em 1808 (em 1807 entrou no porto do Rio de Janeiro um único navio estrangeiro para 777 nacionais) a navegação estrangeira para o Brasil quando para 765 navios portugueses chegados ao Rio, 90 estrangeiros aportaram. Calógeras diz que, em 1816, entraram no Rio 1.460 navios, sendo 398 de longo curso e 1.062 de cabotagem. Dos primeiros, 181 eram portugueses e 217 estrangeiros, 131 dos quais eram ingleses. Nesse mesmo ano chegaram à Baía 519 navios, dos quais 229 de longo curso e 290 de cabotagem. Entre aqueles, 128 eram portugueses e 101 estrangeiros. A cabotagem era exclusivamente de bandeira lusitana.

As indústrias brasileiras, a partir das de base, por mais de um século haveriam de permanecer em regime embrionário, em vista da impossibilidade de enfrentar também, por falta de capitais e de organização técnica, dentro do próprio território nacional, a concorrência do poderoso parque industrial estrangeiro. Por exemplo, estimulada por D. João VI, a indústria do ferro prosperou em Minas Gerais e São Paulo. A fábrica de Ipanema produziu, entre 1815 e 1821, cerca de 700 toneladas de ferro, mas não pôde sobreviver. Arrastou-se até 1895, quando foi fechada. A fábrica de Congonhas também produziu 120 toneladas no mesmo período, mas não viveu muito.

O comércio do Rio de Janeiro, em 1820, contava com mais de 60 estabelecimentos ingleses. De igual maneira, a exportação dos produtos da lavoura ficara à mercê do controle europeu, já que os déficits da balança comercial tornar-se-iam crônicos e as necessidades de capitais — que atormentariam a permanente crise de crescimento do país durante todo o século XIX e princípios do XX — seriam supridas em sua maior parte pelas finanças de além-mar.

Semelhante política de apêlo ao dinheiro estrangeiro duraria até 1930, cujo poder sempre se mostraria absorvente. O admirável lema com que Cairú saudou a Independência, “deixar fazer, deixar passar, deixar vender”, para nações de capital e de técnica desenvolvidos era apropriado, mas para a sua pátria constituiu-se em fonte de fatores os mais opostos relativamente à evolução econômica, pois que os sadios princípios por êle defendidos ver-se-iam neutralizados pelos interesses antagônicos nascidos do monopólio imperialista e da falta de aparelhamento do Brasil.

O empréstimo de 600 mil libras, lançado em Londres, em 1809, teve a finalidade de restabelecer o equilíbrio financeiro provocado pela balança deficitária. Porém esta continuou deficitária, enfraquecendo cada vez mais o poder aquisitivo e, êste, por sua vez, manietou largamente o desenvolvimento do mercado interno.

De 1808 a 1822 o câmbio desceu sucessivamente de 70 e 74 a 47 e 51, com exceção do período de 1813-14, em que esteve entre 75 1/2 e 80, e 80 e 96, respectivamente.

De qualquer maneira, porém, os últimos 22 anos de regime colonial, se empobreceram Portugal, deram ao Brasil um comêço de ordem à produção, aos transportes e à circulação da riqueza, às finanças e à administração, e constituíram-se na primeira fase realmente fecunda da história nacional. Não haverá erro em se afirmar que a emancipação política não foi simplesmente uma sua resultante, mas precisamente o desfecho do "processus" por eles desenvolvido.

DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA

A emancipação política veio encontrar o Brasil em situação singular relativamente ao mundo. A Revolução Industrial apresentava suas primeiras grandes conquistas, inclusive a navegação a vapor.

As guerras napoleônicas e o correspondente bloqueio inglês obrigavam a Europa a procurar um aperfeiçoamento na técnica industrial. O progresso fazia sentir-se em todos os sectores, não só pelas contingências da guerra, como especialmente pelas necessidades de consumo de uma população que, crescendo consideravelmente, atingira nesses começos do século XIX a quase 300 milhões de almas. A produção agrícola se intensificara e novas culturas iam substituindo aquelas que só a África e a América costumavam fornecer.

Assim, a beterraba aparecera na indústria açucareira e o seu crescente cultivo supriria, com o tempo, mais da metade das importações procedentes das Américas, onde a emulação da concorrência entre o Brasil e as Antilhas criara problemas de superprodução.

A influência desses fatores sobre o curso da economia brasileira fez-se sentir justamente no período da Independência e é na mesma influência que vai encontrar-se a razão de muitos fenômenos que então começaram a se processar.

O primeiro de todos, por seus característicos e pela particular magnitude de que se revestiu (conquanto viesse no fim do regime imperial), foi a deslocação do eixo econômico do Nordeste para o Sul, arrastando consigo uma migração como jamais se veria igual na História do Brasil. A sua origem estava exatamente na derrota do algodão brasileiro pelo algodão americano e na desvalorização do açúcar como produto de grande consumo internacional, em favor da nascente procura do café, cuja exportação já se assinalava em Santos, em 1797.

Há aqui uma circunstância curiosa. A Guerra de Seccessão (1860/5) estancara a produção americana e fôra, por isso, uma ótima oportunidade para o algodão e o tabaco brasileiros. Como sempre acontecia neste país toda vez que um dos seus produtos estava em alta, muitas outras lavouras viram-se, então, substituídas pela fio algodão. As demais cul-

turas, neste caso, em primeira plana o açúcar, lutando com falta de braços, restringiram suas produções e quando os americanos voltaram a negociar com a Europa e munidos de máquinas de descaroçar algodão baratearam ainda mais a sua produção, a concorrência brasileira foi facilmente destruída. O descalabro então foi maior, porque se o fumo e o algodão estavam sem mercado, as outras produções de aceitação no momento estavam paralisadas; tinham sido sacrificadas em proveito daquelas. O açúcar, por exemplo, estimulou as colônias britânicas e a América Central, onde também foram introduzidos os engenhos mecânicos que o Brasil adotaria de maneira precária, atraso que lhe causaria outro golpe na luta pelos mercados.

Baseado exclusivamente nos produtos tropicais (1) e mais afastado que os demais produtores, dos mercados europeus, o Brasil fôra aos poucos sofrendo com a concorrência que lhe faziam, nas metrópoles da Europa, as respectivas colônias. Açúcar, algodão, tabaco, arroz, especiarias e couros eram adquiridos de preferência, inclusive por imposições de ordem política, em outras fontes coloniais.

As exportações brasileiras, no período 1818-1832, variaram sempre entre 3 e 4 milhões de libras, quando os Estados Unidos no mesmo período e com idênticos produtos, mais cereais, lãs e carnes, mantiveram a média de 14 milhões de libras. De 1832 em diante o café começou a fazer volume na balança comercial — deficitária para o Brasil até 1846 — e seu crescendo renderia, já em 1850, um total de 10 milhões de libras.

A desvalorização do dinheiro brasileiro também contribuiu para o empobrecimento do Nordeste. Como o café começava a se impor, deu-se o fenômeno das migrações internas, o qual se viu auxiliado pelos meios de comunicações desenvolvidos no último quartel do regime colonial e pela libertação dos escravos.

A geografia econômica e humana do Brasil que as presentes gerações herdaram, adquiriu fisionomia no decurso da última metade do século XIX e pelas razões acima expostas.

O quadro seguinte, organizado por Castro Carneiro, mostra como ainda em 1823, pelos orçamentos provinciais, a situação original se apresentava:

(1) — As carnes salgadas do Rio Grande do Sul e da Cisplatina estiveram por muito tempo confinadas ao mercado interno e suas lãs eram de produção incipiente.

O ESTADO FINANÇEIRO DAS PROVINCIAS DO BRASIL EM 1823 (*)

PROVINCIAS	RECEITA	DESPESA	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA PASSIVA
Pará	332:972\$808	312:186\$519	205:511\$842	342:158\$627
Maranhão	767:837\$338	749:523\$746	363:219\$060	51:757\$759
Piauí	72:558\$037	58:686\$929	348:319\$360	—
Ceará	138:784\$437	104:749\$640	185:390\$025	2:557\$995
Rio Grande do Norte	42:222\$235	39:263\$266	8:318\$370	79:898\$806
Paraíba	247:711\$203	217:220\$059	58:671\$366	8:931\$640
Pernambuco	1.436:726\$265	1.321:060\$718	257:961\$841	57:681\$327
Alagoas	123:444\$795	114:614\$586	—	—
Sergipe	34:477\$127	32:224\$384	—	—
Baía	1.644:413\$934	1.595:872\$207	112:088\$885	404:217\$949
Espirito Santo	17:726\$994	66:000\$000	—	—
Rio de Janeiro	6.580:112\$166	6.336:748\$216	285:997\$412	12.055:580\$456
São Paulo	279:788\$445	265:174\$889	128:269\$745	211:473\$432
Santa Catarina	29:203\$941	107:524\$580	—	45:356\$053
Rio Grande do Sul	530:816\$392	434:049\$071	434:611\$076	244:147\$036
Cisplatina	456:091\$025	437:414\$750	17:024\$150	54:318\$325
Goiáz	56:676\$310	54:833\$546	153:186\$018	158:853\$331
Mato Grosso	117:530\$000	116:971\$720	28:167\$700	785:439\$331
Totais	12.908:793\$452	12.364:118\$796	2.586:736\$350	14.502:372\$067

(*) — Dados tirados da História Econômica do Brasil — 1500-1820 — (Roberto C. Simonsen)

Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro (que naturalmente incluía Minas Gerais), predominavam na economia brasileira com 75% dos orçamentos provinciais e São Paulo aí figurava com apenas 2%. Para a mesma época a receita, ordinária e extraordinária, do Tesouro Imperial era de 3.802:434\$204.

O que de fato decidiu a deslocação do eixo econômico foram, portanto, cada um a seu modo, o açúcar e o café. A ascensão d'êste começou em 1830 e, progredindo sempre, vinte anos depois, figurava nas exportações nacionais com 10 milhões de libras. O rio Paraíba foi a fronteira dessa luta entre o café e a cana de açúcar. Esse velho rio brasileiro foi na realidade o marco histórico entre os velhos tempos e os novos, que se avizinham a pesar das forças contrárias, como que impelidos pelo próprio impulso.

O S E M P R É S T I M O S E X T E R N O S

A política do recurso aos empréstimos a longo prazo, no exterior, começou exatamente com a Independência. A comissão nomeada por D. Pedro I para estudar o estado da Fazenda Pública, ainda em 1822, chegou à conclusão de que a dívida passiva deixada por D. João VI, que raspava o Rio de quantos valores estavam à mão, era de 9.870:918\$092 e, para enfrentá-la, recomendava à comissão uma operação de crédito. Justificando essas proposições, Nogueira da Gama, na exposição complementar da primeira Fala do Trono, assinalava à Constituinte: "sem aumento de tributos, sem o temível, péssimo e fatal recurso do papel moeda, aconselho, para o custeio das grandes despesas extraordinárias, um empréstimo externo, mesmo porque, para a salvação do país, êstes meios são oferecidos por capitalistas ingleses, sem o solicitarmos, como têm feito várias nações da Europa e mesmo da América, tal é a idéia que se forma dos recursos e exuberantes riquezas d'êste novo Império, e o interesse que os mesmos estrangeiros tomam no estabelecimento da independência brasileira..."

Suas palavras serlam religiosamente guardadas e rigorosamente cumpridos os preceitos nelas contidos, cada vez — e muitas foram as vezes — que para solucionar uma crise ou mesmo sem crise nenhuma, se tivesse, no II Império e na I República, que lançar mão de dinheiro emprestado, o qual, por misteriosa porém lúcida razão, era sempre antecipada e sollicitamente oferecido...

Das referidas conclusões nasceram nada menos de três empréstimos e mais a responsabilidade do empréstimo de £ 1.400.000, contraído por Portugal em 1823, e ainda a do empréstimo de 600 mil libras, de 1809.

A Regência recebeu do I Império compromissos na praça de Londres no montante de £ 5.132.100, provenientes da soma de £ 3.062.900

do empréstimo de 1824, de £ 1.300.000 do débito português e de £ 769.200 da operação de 1829. A importância dos juros e das amortizações respectivas era desconhecida. A Regência, entretanto, não se limitou a cuidar de tamanho legado. Aumentou-o. Em 1839 também contraiu um empréstimo, em Londres, no valor de £ 411.200.

Ao iniciar-se o II Império, a situação da Dívida Externa total era esta, em libras:

Recebido em dinheiro		6.266.600
Despesas com amortizações	970.715	
Juros	4.457.271	
Diferença de tipo	1.151.116	
Comissões aos banqueiros	54.224	
		<hr/>
		6.633.326
Circulação		5.295.885

Em síntese, o Brasil, que a partir de 1824 tomara 35.428 contos e que até 1840 pagara 48.008 estava a dever, nesse ano, nada menos de 40.995 contos!

É fácil atribuir-se à agiotagem a culpa dessas cifras. Porém, elas não são escandalosas exclusivamente em relação a êsse período; projetam-se sobre o futuro e quanto mais avança o tempo, mais se acentuam as diferenças. É que o câmbio se agrava em ritmo seguro e o câmbio é o reflexo da vida financeira dos países e das relações econômicas que eles mantêm entre si. Assim, em consequência da expansão britânica e do pauperismo brasileiro, as exportações do Brasil, até o ano em questão, 1840, e cujos orçamentos (1) até então (como quase sempre, salvo raras exceções), se apresentavam com "deficits" substanciais, a libra subia vagarosa, porém, continuamente. Da casa dos 4\$974 em que se mantivera até 1826, fôra até 1840 variando entre 6, 7, 9, 10 e 9 para chegar a 7\$741 em 1840.

A produção de ouro nesses 20 anos de autonomia política foi, apenas, de 55 mil quilos, média anual de 1.980 quilos, nunca atingida pelo regime colonial que, anos por outros, apresentou a média de 7 mil quilos.

M A U A

Se Cairú, do ponto de vista econômico, pode simbolizar o período de transição de que o I Império fez parte, Mauá, com muito mais razão, encarna a era de ressurgimento nacional iniciada no II Império.

(1) — O orçamento de 1840, para uma receita de 16 mil contos, apresentava uma despesa de 25 mil.

A êle deve o Brasil os primeiros passos concretos no caminho das indústrias. Adepto de Adam Smith, como José da Silva Lisboa, a participação de Irineu Evangelista de Souza nos destinos nacionais começa com o II Império, quando a pesar de jovem e já suficientemente rico pela sociedade da casa Carruthers, abandona seus negócios e embarca para a Europa. Lá, em contacto com os grandes empreendimentos industriais, resolve levar para a sua pátria o milagre das máquinas que fabricam utilidades ou que correm sôbre trilhos.

Sua sólida fortuna e vasto crédito, em combinação com uma admirável inteligência de organizador, teriam de dar os frutos que até hoje colhe o Brasil e que fizeram o que de mais típico apresentou em economia o longo reinado de D. Pedro II.

Mauá pensou em tudo e de tudo participou. Sôbre êle aqui vão estas vallosas opiniões, que servem para situá-lo, merecidamente, entre as maiores figuras da história brasileira:

"Era uma época de iniciativa: Irineu Evangelista de Souza era a figura central desse período. Outros contribuíram para o despertar de iniciativas e empreendimentos que então surgiram, mas êle era o centro de convergência de tudo. (1)

"As atividades de Mauá não conheciam limites geográficos. Êle transformou economicamente toda a costa do Atlântico, do Amazonas ao Prata; a sua penetração na região do Prata é um dos mais excitantes capítulos da história das relações exteriores brasileiras. Êle reorganizou (1857) a sua Agência em Montevidéu no Banco Mauá & Cia., o primeiro Banco que existiu em Montevidéu, mais tarde transformado em Banco emissor em base ouro. Era um grande *estanciero* no Uruguai, organizou fábricas, introduziu o gás e o telégrafo. Na Exposição Universal de 1862, em Londres, era um expositor do Brasil, mas exhibia igualmente indústrias do Uruguai. Uma estrada de ferro para Mato Grosso se lhe afigurava uma via de penetração econômica para o Paraguai e a Bolívia, como o tinha sido a abertura do Amazonas aos navios a vapor. A importância da atividade de Mauá no desenvolvimento econômico do Brasil é evidente: êle deslocava as fronteiras econômicas do Brasil rapidamente. Estradas e ferrovias significavam ao mesmo tempo portos e cais; e uma vez as estradas de ferro em tráfego, a grande era dos "trabalhos públicos", que transformou uma colônia, tinha o seu início. O desenvolvimento dos meios de comunicação resultou em uma nova penetração do interior e no aproveitamento de novas áreas. Era a primeira vez na história do Brasil em que o progresso tecnológico do país tinha sido incentivado por um entusiasta do mundo comercial. E esse progresso não ficou limitado ao litoral. Amazonas e Mato Grosso sentiram a pressão da atividade de Mauá, tal-

(1) — Vitor Vianna — "O Banco do Brasil".

vez de uma forma mesmo mais positiva, do que o Rio de Janeiro e São Paulo. Ele produzia movimento e ação em tôdas as direções. Não havia limites para o seu interesse e iniciativas". (1)

"Não era possível viajar do extremo Norte ao extremo Sul do país sem encontrarmos, em cada volta, uma obra do seu gênio construtor: — o Amazonas, êle o criara rompendo o deserto das águas, rasgando mares de florestas à civilização, com uma linha de navegação de 3.200 milhas que assombrou em 1865, o sábio Agassiz e sua mulher, pela ordem, pela disciplina, pelo asseio dos vapores, fazendo-lhes lembrar o conforto do seu Museu de Cambridge; o Rio Grande do Sul, gloriosa terra de seu nascimento, êle o franqueara também à navegação transatlântica, inaugurando o comércio direto com a Europa, varando-lhe a barra, cortando-lhe as areias em 1847 com os seus fortes rebocadores; no centro do país, as primeiras linhas de caminho de ferro, as que das capitais de Pernambuco e da Baía buscaram o S. Francisco, para o lado do Sul, as três que transpuseram a Serra do Mar, uma, como a de Petrópolis (Leopoldina Railway) e de Santos a Jundiá (São Paulo Railway), obras exclusivamente suas, a outra tão sua como dos que por ela mais fizeram — a Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil). Por tôda parte, os melhoramentos materiais, o progresso, o gás do Rio de Janeiro e de outras cidades, o Canal do Mangue, os cortumes modernos, as fábricas de tecidos, a fundição e a construção naval em Niterói, os engenhos aperfeiçoados de açúcar "as indústrias que podiam medrar sem grandes auxílios", os transportes urbanos e marítimos, o cabo submarino Western Telegraph, a colonização estrangeira, a nossa civilização industrial, enfim. (2)

Como agente diplomático do Brasil, sua legenda era "empregar-se a fundo" em defesa dos interesses de sua pátria e foi sem dúvida êsse empenho de todos os seus recursos na questão do Prata que contribuiu para a sua ruína. Como industrial, seu lema era "embarcar por inteiro em tudo aquilo que representasse progresso, ainda que não trouxesse lucro". Como financista, estas palavras o definem: "O espírito de associação, senhores, é um dos mais fortes elementos de prosperidade de qualquer país; êle é, por assim dizer, a alma do progresso".

Foi êsse "espírito de associação" que conseguiu infiltrar na alma de seus contemporâneos, produzindo êsse estranho contraste de um Brasil atrasado economicamente de um século a proceder e a agir como uma das grandes potências capitalistas da época. Galvanizou a confiança de seus concidadãos e soube dar fôrça de real criador de riquezas ao dinheiro que lhe entregavam. Assim, em 1857, quando a circulação monetária do

(1) — J. F. Normano — "Evolução Econômica do Brasil".

(2) — Alberto de Faria — "Mauá".

país era de 118.498 contos, o Banco Mauá apresentava uma soma de depósitos particulares de 47.703 contos, isto é, 40%. E, sob a égide desse espírito de associação, em 1859, nasciam no Rio de Janeiro 16 novos Bancos, com um capital de 173.600 contos.

Por intermédio da Bolsa de Valores operou milagres. Criou novas corporações, com ações em altas sucessivas. E não foi alheio à introdução dos carros de tração animal em Lisboa, Bruxelas e Paris. A Casa Mauá possuía Bancos em Montevidéu, Buenos-Aires, Manchester, Londres, Nova York e agências em nove cidades do Brasil. Com os estaleiros de Ponta da Areia ele pretendia chegar à grande siderurgia, da qual dizia: "a indústria que beneficia o ferro, sendo a mãe das demais..." Era essa exatamente a aspiração de Mauá, fabricar as máquinas com que industrializar o Brasil, pois ele, melhor do que ninguém, sabia que só é realmente industrializado o país que "fabrica, éle mesmo, as máquinas de suas próprias fábricas", porque assim consegue fazer desenvolver, em seu território, as "indústrias que podem medrar sem grandes auxílios".

Entretanto, não puderam ser completados, como queria, os esforços então despendidos na construção naval (seus navios asseguraram os transportes para a Guerra do Paraguai e lutaram nos combates navais da mesma) e na montagem de engenhos a vapor, a fim de equiparar a indústria açucareira à dos países concorrentes, já então quase toda mecanizada, o que lhe asseguraria a vantagem de que bem se aproveitariam para reduzir a concorrência brasileira. O autor desse obstáculo foi o próprio governo imperial, que deixou ao desamparo os estabelecimentos metalúrgicos da Ponta da Areia.

Foi o período de Mauá (1840-1875) o segundo em fecundidade na vida brasileira. Dir-se-lia que o Brasil era uma poderosa força latente que a vara mágica de uma vontade pusera em ação.

PRODUÇÃO E TRANSPORTES

Os ensinamentos específicos a tirar-se desses fatos são abundantes para a nossa historiografia econômica. Os pruridos industriais sofreram um hiato em seu desenvolvimento e não puderam seguir a sequência rítmica que lhes impusera Mauá, devido à grande crise que sacudia o país e que destruíra outros Bancos, além do seu, como o Alemão e o Nacional. Mesmo assim, o velho Barão ainda pagou, em 1882, na liquidação, nada menos de 94,7% de suas dívidas totais. O Amazonas, cujo tráfego a vapor fôra organizado por Mauá, em 1867 foi aberto à livre navegação, constituindo-se em rota de intercâmbio internacional. As estradas de ferro prosseguiram no lançamento de seus trilhos em vários pontos do território nacional, cortando serras e sertões, levando a riqueza e a civilização ao interior do país e fazendo avançar as fronteiras econômicas. Quando a Re-

pública foi proclamada, os primeiros 15 quilômetros da Rio-Petrópolis, percorridos pela *Baroneza*, em 1854, haviam-se convertido sucessivamente, década após década, em outras estradas, com 359 (1864), com 1.283 (1874), com 6.302 (1884) e, por fim, com 9.973 quilômetros (1889). Em 1881, possuía o Brasil 44 estabelecimentos fabris, dos quais 9 em São Paulo, com 3.100 fusos, 336 teares e uma produção de 1.970 metros de pano, 240 quilos de fio e 14 mil dúzias de meias. Mas, já em 1889, eram 626 os estabelecimentos industriais fundados e, em sua quase totalidade, no litoral.

O café, tendo ganho definitivamente o planalto paulista, avançara sobre as antigas matas virgens e sua cultura já havia desbravado um milhão de hectares quando começou a receber a colaboração do braço estrangeiro. Ganhou foros de abastança na primeira tentativa de valorização governamental, em 1883-84.

O trabalho livre que o colono estrangeiro representava trazia maiores resultados ao café e às primeiras indústrias de média transformação, daí a intensificação dos contingentes imigratórios. Em 1881 entraram 2.705 colonos e até 1886 somavam 31.275, mas entre 1887-1891 as entradas subiram a 299.118. Para custear a imigração estrangeira, o Governo Imperial e o da Província de São Paulo gastaram 19.184 contos no triênio 1887-1889, tendo aquele contribuído com 12.929 contos e, este, com 6.255. A imigração estrangeira, nessa época, concentrara-se, de preferência, no Rio Grande do Sul, onde o governo provincial já lhe havia distribuído uma área total de 1.433.000 hectares. A produção de café, que fôra de 5.940.000 sacas de 1881 a 1885, subira, em 1889, a 6.925.000 sacas, ganhando sobre os concorrentes estrangeiros, uma vantagem de 3 milhões de sacas, vantagem que o tempo multiplicaria. O pôrto de Santos, por obra de Gaffrée e Guinle, outros dois pioneiros gaúchos, da estirpe de Mauá e, como este, de grandes virtudes públicas e privadas, transformou-se, por suas docas e o milagre da São Paulo Railway subindo a serra, no maior exportador mundial do ouro verde. A borracha, em seu firme crescimento, dera vida ao Amazonas. A sua primeira exportação, assinalada em 1827, passara a 31.365 quilos. Na metade do século já andava pelos 15 milhões de quilos e em 1889 figurava com quase 20 milhões.

A população do país, ao findar o Império, era de 17.318.556 almas e a maior densidade, ou por outra, o maior crescimento, não mais se apresentava nas antigas Províncias do Nordeste, mas nos nascentes Estados do Sul, especialmente Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande, cuja soma correspondia, então, a 40% do total.

FINANÇAS

Os orçamentos nacionais haviam feito grandes progressos. A Receita de 16 mil contos e a Despesa de 25 mil, verificadas em 1840, subiram, em 1889, a 161 e 186 mil, respectivamente. O primeiro "deficit", que

fôra 9 mil contos, aumentara para 25 mil. Aliás, durante êsses 49 anos, apenas seis orçamentos apresentaram saldo. Todos os demais foram deficitários. Para cobri-los, usou-se, abundantemente, do recurso à emissão, sendo as dificuldades de 38 exercícios financeiros enfrentadas com êsse processo ou o dos empréstimos externos, ou ambos simultaneamente. Cortes nas despesas, criação de novos impostos ou agravação dos já existentes constituíram recursos para os cinco demais exercícios.

O câmbio, que pela lei de 1846 fôra fixado em 27 pence por 1\$000, se mantivera em baixa mais ou menos constante, às vêzes mais ou menos violenta (1868 — 14\$117), em função da política de curso forçado, entrava na República na mesma casa dos nove mil e pouco com que saíra da Regência.

O apêlo ao crédito externo não foi de todo esquecido durante o II Império, a pesar de, no seu primeiro decênio, completar-se um período de 20 anos em que não se fez nenhuma amortização. Os 13 empréstimos então tomados a Londres somavam £ 62.675.300.

O II Império, entre 1852 e 1889, resgatou os primeiros 15 empréstimos do país, sendo que alguns dos que contraiu tiveram precisamente a finalidade de resgatar os outros, não recebendo o Brasil o dinheiro tomado e, sim, os títulos. O valor total dêsses pagamentos "sul generis" foi de 37.458 mil libras, importância que, ao câmbio médio de 9\$338, corresponde a 349.783 contos de réis. Entre os mesmos, apenas se extinguíram quatro. Os 11 restantes provocaram outros tantos compromissos no valor total de £ 104.677.700, importância que, por sua vez, passou a pagar pesados juros, além dos múltiplos descontos em diferença de tipo e comissões de banqueiros e outros intermediários, onus em que sempre foi invariavelmente fértil a caríssima imaginação dos empreiteiros de operações do gênero em questão.

As duras consequências de semelhantes operações podem ser tiradas dêste simples resultados acumulados, relativos ao período de 1824-1889:

Receita, em libras, de todos os empréstimos brasileiros		68.991.900
Pagamentos efetuados:		
Por diferença do tipo	5.786.049	
Amortizações	37.887.518	
Juros	28.404.365	
Comissões dos banqueiros	660.140	72.738.072
Circulação		31.104.382

Convertidas essas cifras à moeda brasileira, os resultados gerais serão estes: de 1824 a 1889 o Brasil tomou 648.500 contos, pagou 714.376 mas ainda devia 282.366 contos!

Além do Governo Central, duas Províncias (São Paulo e Baía) e duas Municipalidades (Município Neutro e Santos) contraíram compromissos da mesma natureza. Montavam a £ 2.250.000 e com êles se inaugurava a febre de empréstimos que contagiaria os futuros Estados e suas principais cidades, e acabaria se constituindo em verdadeira epidemia nacional.

O movimento econômico-financeiro da Monarquia, durante os 66 anos de sua existência, foi o seguinte, em contos de réis:

DADOS ORÇAMENTÁRIOS (de 1888 a 1889)

Receitas	3.665.885:542\$	
Despesas	4.507.057:657\$	
Saldos	21.947:408\$	
Déficits	863.119:541\$	
Diferença dos déficits sobre os saldos		841.172:133\$
PAPEL MOEDA EM CIRCULAÇÃO		197.796
DÍVIDA INTERNA:		
Fundada		543.585
Flutuante e obrigações do Te- souro		75.720
DÍVIDA EXTERNA:		
Líquido		648.500
Circulação		282.366
Serviço e Resgate		714.376
BALANÇA COMERCIAL:		
Déficits	344.562	
Saldos	774.528	429.966

Como as parcelas acima expostas não podem ser somadas indiferentemente umas às outras, dado que muitas representam encargos absorvidos por novos compromissos, a justa medida deve ser obtida da operação que se segue e que é o passivo real:

PASSIVO DO IMPÉRIO

Papel moeda em circulação	197.796
Dívida Interna:	
Fundada	543.585
Flutuante e obrigações do Tesouro	75.720
Circulação da Dívida Externa	282.366
	<hr/>
Total	1.099.467 (1)

T R A N S I Ç Ã O

O fenômeno mais característico dessa segunda transição de regime por que passou o Brasil, traz o carimbo dos imperativos do tempo. Com efeito, até Mauá, o país permanecera na era de Cairú, Era bem a imagem do que dele dissera a comissão parlamentar de inquérito agrícola, comercial e industrial, em 1866: "Nosso país é uma feitoria colonial. Sem indústrias manufatureiras, é exportador só de produtos da lavoura e de matérias primas, que recebe depois, em produtos fabricados, pelo duplo do seu valor".

Enquanto a Revolução Industrial atingia proporções grandiosas, no mundo, o Brasil ficara manietado ao feudalismo escravagista. O "homo economicus" brasileiro era o barão fazendeiro, que adquirira nobreza por suas posses em latifúndios e escravos. Em tórno dele é que gravitavam a economia e a política.

Mauá foi a tormenta industrial que sacudiu pela primeira vez as raízes dessa árvore feudal tão plácida em sua vida vegetativa. "Ele introduziu o progresso tecnológico, mostrou a existência do capital nacional e um espírito capitalista e organizou os meios de comunicação".

Isso foi em verdade o princípio do fim. Os resultados da tormenta perdurariam pela insegurança de raízes em que ficara a velha árvore escravocrata e o correspondente ímpeto que adquirira em sua jovem seiva o arbusto progressista.

Rui Barbosa, em seu famoso relatório de 1891, como ministro da Fazenda, dá uma idéia do que representou econômica e politicamente para o Brasil a extinção do trabalho servil.

Diz éle: "... a importância das companhias constituídas (só no Rio de Janeiro) entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889, se exprime no capital de 402.610:000\$, quantia, com pequena diferença, equivalente à de 410.879:000\$, que representa o valor total das organizadas nos 64 anos anteriores. Dezoito meses de regime imperial sem a esca-

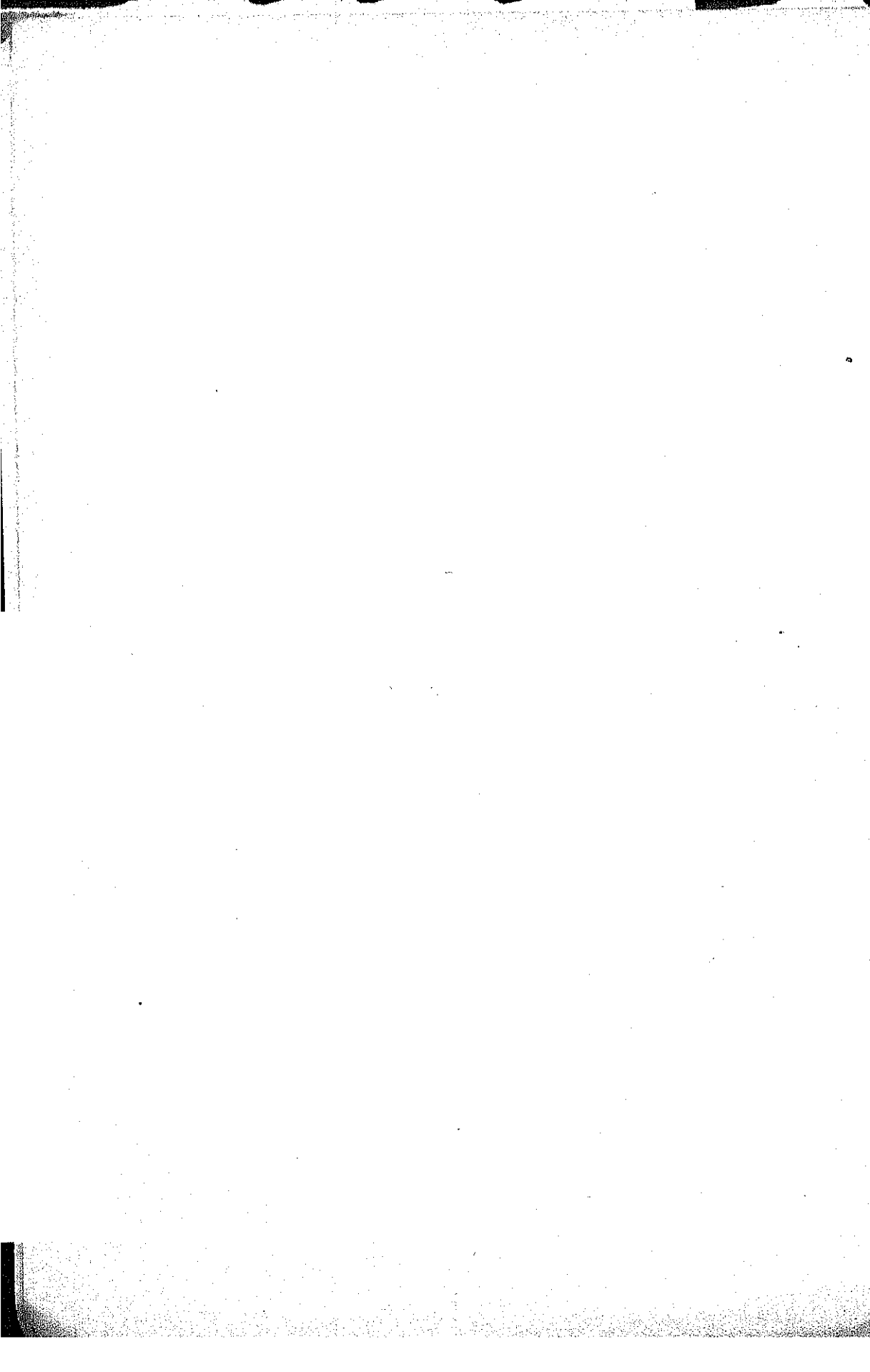
(1) — Segundo Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, o referido passivo montava a 1.072.122 contos.

vidão coincidem com um progresso igual ao de 768 meses de coexistência da escravidão com o trono. A efervescência do espírito de empreendimento no espaço de ano e meio anterior à República, está para com o seu tardio desenvolvimento sob o cativo na razão de 768:18, ou 42:1".

As necessidades criadas pelo início da Revolução Industrial no Brasil provocaram novas situações a que não podiam ficar alheios alguns milhões de homens de côr, cujas lutas atestam os seus anseios de liberdade. Esse mesmo anseio se manifesta nos brasileiros em geral, em suas lutas pela República, durante todo o ciclo monárquico, as quais aliás, diga-se de passagem, invariavelmente explodiram sob a pressão de fatores econômicos conjugados com os de ordem política: Confederação do Equador, em Pernambuco (1824); Noite das Garrafadas, no Rio de Janeiro (1831); Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-45); Cabanada, em Pernambuco (1832-35) e no Pará (1835-38); Sabinada, na Baía (1837-38); Balaiada, no Maranhão (1839) e assim tantas outras de menor repercussão, porém, da maior profundidade republicana.

A Guerra do Paraguai (1865-70) constitue, por sua vez, o corolário de um longo processo econômico em que se viram envolvidos os países do Sul do Continente.

E eis que o país correu para a Abolição e, conseqüentemente, para a República através da escala ascendente de que fala Normano: trabalhadores livres, novos consumidores, novos mercados, novas indústrias, novas idéias.



DA I À II REPÚBLICA

Que a República nasceu sob os auspícios da Revolução Industrial, não se pode ter dúvidas. Entre as sociedades anônimas constituídas no Rio de Janeiro, no período de 15 de novembro de 1889 a 20 de outubro de 1890, com um capital de 1.169.386:600\$, as industriais e de transportes (engenhos centrais, estradas de ferro, navegação, tecidos e outras) somavam 686.736:600\$, isto é, 59%, ficando para as de caráter financeiro (bancos, seguros, etc.) 388.150:000\$, ou sejam 33%, e para as de explorações agrícola 94.500:000\$, ou apenas 8%.

Esta comparação, feita por Rui Barbosa (1), fornece uma impressão bem concreta da realidade:

“Sob a aliança da Monarquia com a escravidão, em cerca de 66 anos	410.879:000\$
Sob a Monarquia, sem a escravidão, em 18 meses	402.000:000\$
Sob a República, em 11 meses	1.169.386:000\$

“Medido por êsses algarismos o nosso progresso — comenta êle — teríamos de concluir que, em dezoito meses, desembaraçados do cativo, andámos tanto quanto em quase meio século sob o péso dele, e que, em menos de um ano sob a República, nos adiantámos 50% mais do que em tôda a duração do regime imperial”. Sabe-se que êsse delírio especulativo foi o encilhamento, porém o que, para nós, hoje êle vale é como indício da nova mentalidade que a República trouxera consigo, favorável aos empreendimentos industriais e de outras atividades.

A guerra franco-prussiana de 1870, pelo seu desastroso desfêcho, redundaria fatalmente em nova conflagração politicamente reivindicatória e economicamente reajustadora. Para isso se preparavam pausadamente as potências européas e seus parques industriais se desdobravam com os naturais reflexos sôbre as demais esferas de atividade.

Era essa uma fase de típico desenvolvimento econômico e seus efeitos se faziam sentir nas relações comerciais dos povos. Momentos ascensionais, logo seguidos de quedas vertiginosas, testemunham as violentas

(1) — Rui Barbosa — “Relatório do Ministro da Fazenda”, 1891.

alterações próprias das falsas "fases de recuperação" e que mais não são do que prólogos paradoxalmente progressistas das catástrofes humanas.

A redivisão dos mercados mundiais em que se empenhavam a Grã Bretanha, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, numa concorrência feroz, operava oscilações nas finanças de nações como o Brasil, que só dispunham de matérias primas para intercambiá-las por manufaturas e máquinas, sobretudo por máquinas para as indústrias que queriam nascer segundo as exigências da época. Outro aspecto que não se pode obscurecer nos albores da República: o expansionismo capitalista americano. Como de súbito, largas somas em dólares começaram a ser aplicadas na América Latina, inclusive no Brasil, invertidas em serviços públicos, especialmente energia elétrica e nas indústrias frigoríficas.

Garantiam-se os norte-americanos de seu futuro abastecimento de carnes, ao mesmo tempo que estendiam seu domínio econômico por sobre o resto do Continente, em contraposição aos esforços das potências européias. Mas o fato essencial a assinalar é a coincidência entre o aparecimento do capital americano e o reinício das indústrias de transformação. Os ingleses, de seu lado, dominavam o sector ferroviário e o das finanças públicas, auxiliados pelos capitais franceses e holandeses. E os alemães faziam esforços com sucessivas baixas nos preços de suas máquinas e utilidades.

Eram esses os movimentos estratégicos em meio aos quais o Brasil, à semelhança de outros países, tinha de se orientar em procura de seu desenvolvimento. Toda a história da I República está imbuída dessas contingências, decorrentes de uma fase abundante em riquezas e em perigos. Natural, portanto, que as suas oscilações financeiras apresentassem a insistência registrada e que sua vida política sofresse os abalos que sempre a sacudiram até 1930.

Destarte, logo em 1893, veio a revolta da esquadra, seguida de imediato pela epopéia federalista que conseguiu, tal qual a guerra farroupilha, desbordar as fronteiras do Rio Grande do Sul, conquistar Santa Catarina e vir até o Paraná. Em 1910 surgiu a campanha civilista, mas esta terminou sem sangue.

E sobreveio a Grande Guerra e o povo brasileiro, fortalecido pelas correntes imigratórias, pelas construções das grandes usinas de energia elétrica, pelo barateamento das máquinas e por uma política aduaneira francamente protecionista, pôde iniciar a organização de seu parque industrial ainda que falho de organização racional e entrar em um período de intensa criação de riqueza.

Estabeleceu a Grã Bretanha novo bloqueio marítimo da Europa, desta vez, porém, de parte do Continente. A outra parte converteu-se em grande consumidora dos produtos agrícolas brasileiros, conquanto, devido às suas necessidades militares, não exportasse para cá, tal como a

região bloqueada, os seus produtos industriais. A consequência dessa anormalidade do intercâmbio foi o surto industrial que se verificou no país, iniciado pelos artigos de primeira necessidade.

É verdade que as importações das manufaturas americanas cresceram, porém, por seus preços altos e pelas altas tarifas codificadas por Joaquim Murinho, e ainda por causa da diferenciação entre as respectivas produções, não conseguiram alterar substancialmente o progressivo industrialismo brasileiro.

Mau grado a violenta crise que sacudiu o país em 1911-1912, em consequência da borracha, a produção de seu parque industrial, que nesse último ano apresentou-se com um valor de 974.722 contos, subiu quase verticalmente, para alcançar 1.352.300 contos em 1914 e, logo ao ano seguinte, a 1.527.073, isto é, quase o dobro da de três anos antes. E em 1920 — cinco anos mais tarde — o parque industrial brasileiro, compondo-se de 13.336 estabelecimentos, com um capital de 1.815.156:000\$ e dispondo de uma força de 310.424 C. V. e 275.512 operários, apresenta uma produção de 2.989.176:000\$.

Até 1890 a força elétrica de que se utilizava o Brasil era de 10.350 C. V., provindos de duas usinas. Em 1905, já eram 27 as usinas e sua força de 60.778 C. V. Nos 10 anos seguintes esses números se elevaram para 191 e 396.580, respectivamente, para no seguinte decênio subir a 343 usinas e 475.652 C. V.

Verifica-se dos algarismos relativos à produção industrial e à energia elétrica que o período mais intenso foi o que coincidiu com o decênio em que ocorreu a Grande Guerra.

As indústrias de transformação que mais contribuíram para os totais acima referidos, foram as dos produtos alimentícios, frigoríficos (carnes congeladas e em conservas), as dos óleos vegetais, das farinhas, das bebidas, das manufaturas, da tecelagem, da metalúrgica, da química, etc. As indústrias extrativas minerais e vegetais ganharam também um impulso substancial, destacando-se, entre aquelas manganês e, entre estas, a borracha, cuja dramática derrota, em 1910, pela borracha cultivada na Malásia, após um brilhante reinado de cinco anos, em que se manteve acima de 35 mil toneladas produzidas anualmente, reduziu a economia do Amazonas a escombros.

Na produção agrícola verificou-se também notável incremento, especialmente quanto ao arroz, ao fumo, ao açúcar e ao café, cuja política de valorização, iniciada pelo Convênio de Taubaté, em 1906, e seguida com energia até 1929, redundou na agravação da crise internacional do mesmo ano.

A par da elevação dos índices de produção, processou-se ainda, na I República, fenômeno que é característico nos desenvolvimentos industriais — a concentração de capital. Sua origem não se limita ao simples

desenvolvimento econômico, mas reparte com as inversões estrangeiras que sempre deram preferências aos transportes mecânicos e à energia elétrica, a própria responsabilidade nas causas e efeitos do fenômeno.

Assim, a densidade do capital industrial, que é característica da indústria de porte, se reflete nestes dados: entre os estabelecimentos industriais em funcionamento em 1920, apenas 4% pertenciam a companhias por ações e este pequeno grupo se apresentava com um capital equivalente a 62%, utilizando 59,5% da energia elétrica, 46,5% dos empregados e apresentando uma produção de 49%. O capital das companhias por ações era, em 1916, de 4.381.000:000\$, sendo 2.591 mil de procedência estrangeira e 1.790 mil contos, isto é, 41%, nacional.

O recenseamento de 1920, de onde extraímos essas cifras, também demonstra que o crescimento da população verificou-se particularmente nas regiões do Centro e do Sul, exatamente da mesma maneira de que se revestiu o surto industrial. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul passaram a apresentar os maiores índices de produção, enquanto que suas populações subiram paralelamente. Houve ainda uma forte deslocação do litoral para o interior, por efeito da abertura de novas vias de penetração e do desdobramento de certas culturas, como a do café.

ECONOMIA E FINANÇAS

Durante todo o primeiro período republicano a balança comercial do Brasil por causa do café, acusou considerável saldo favorável. Inaugurando-se com o Governo Provisório, em 1890, ano por ano, até 1930, o resultado foi sempre positivo, o que de alguma sorte demonstra o crescimento constante do país. As importações e as exportações subiram continuamente, salvo raras vezes e, ainda assim, em consequência de crises internacionais. As cifras relativas a esse movimento podem melhor do que as palavras testemunhar a ascensão do Brasil nos mercados internacionais. De 1890 a 1930, as importações somaram £ 1.937.911.000 e as exportações £ 2.405.360.000. O saldo favorável ao Brasil foi, portanto, de £ 467.449.000. Em moeda brasileira, os referidos resultados equivalem aos seguintes: importações, 50.501.964:000\$; exportações, 61.932.150:000\$; saldo favorável, 11.430.186:000\$000.

Os orçamentos do país experimentaram a mesma escala progressiva, a qual, porém, foi ascendente também para os déficits. Nesses 40 anos de vida republicana a União apresentou a soma de 29.455.774:405\$ para as Receitas e de 35.272.454:395\$ para as Despesas, resultando dos orçamentos deficitários um saldo negativo de 6.101.697:163\$ e dos que apresentaram superávit um saldo positivo de 194.115:410\$000.

Segundo o ministro Oswaldo Aranha (1), a Dívida Interna consolidada do Brasil em 1930, compreendendo a União, os Estados e os Municípios que tinham dívida externa, era 3.924.527:300\$ papel, enquanto que a Dívida Flutuante somava 4.986.962:443\$ papel e 112.747:559\$ ouro. Além desses totais em nossa moeda, a União tinha ainda as seguintes dívidas não escrituradas, em moeda estrangeira: libras 2.013.304-19-3, em dólares 297.593,18, em francos franceses 755.427,98, em francos belgas 2.516,80, em francos suíços 338.663,20 e em pesos argentinos 11.518,28.

O déficit dos exercícios financeiros do quadriênio que se encerrou em 1930, da União, dos Estados e dos Municípios que tinham dívida externa, atingiu a 3.009.119:125\$000.

E o meio circulante, ao findar a I República, era de 3.434.154:000\$, proveniente de notas: do Tesouro (2.543.365 contos), do Banco do Brasil (702 mil), da Caixa de Estabilização (128.789).

Além disso, "o Banco do Brasil, em fins de 1930, apresentava um descoberto no exterior de £ 14.000.000 e os demais bancos estavam com seus créditos cancelados em praças estrangeiras e obrigados a cobri-los".

Em 1930 existiam no país, entre sedes e filiais, 562 estabelecimentos bancários, dos quais 476 nacionais e 86 estrangeiros. O interessante a considerar no sector bancário é o fato dos 562 estabelecimentos se concentrarem: 461, isto é, 82%, em apenas 4 circunscrições territoriais (São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais); 57, ou 10 %, entre outros 4 Estados, e os 46 restantes, 8 %, entre 13 Estados. É isso mais um indicio da densidade econômica concentrada ao Centro e ao Sul.

Essa mesma relatividade se aplica às Caixas Econômicas Federais autônomas e anexas às Delegacias Fiscais, cujos depósitos totais atingiam a 375 mil contos, naquela época.

O câmbio, durante a I República, apresentou três ciclos completamente distintos. O valor do mil réis em relação à libra flutuou, no decurso desses três períodos, da seguinte forma: de 10\$830, em 1890, desceu até 33\$391 em 1898. Nesse ano entrou novamente em ascensão para atingir, em 1910, com Murtinho (2), a 14\$927. Mas daí em diante tornou a descer, agravando-se, cada vez mais, de ano para ano, a sua depreciação. E, em 1930, já valia a libra nada menos de 43\$992.

Ao findar a I República, o Brasil apresentava-se territorialmente

(1) — Oswaldo Aranha — "Relatório do ministro da Fazenda" — 1933.

(2) — Em seu "Relatório do Ministério da Fazenda" — 1910, acentuava Joaquim Murtinho que "a ação do Governo no trabalho de levantar o câmbio tem sido exercida exclusivamente na esfera econômica e financeira".

com a mesma fisionomia que lhe traçara o Tratado de Madrid, de 1750. Apenas se lhe havia acrescentado o Território do Acre, por efeito da política diplomática que lhe dera o Barão do Rio Branco, política que robusteceu a autoridade do Brasil no Continente e acertou o traçado de quase tôdas as suas fronteiras.

As estradas de ferro, que no início da República atingiam a 9.973 kms. construídos, desenvolveram-se até 1930, quando sua rede se estendia em diferentes Estados do Brasil numa extensão total de 32.478 quilômetros, ou seja, o triplo da extensão existente quando da proclamação da República.

O advento do automóvel, que se processou durante a fase em questão, trouxe para o Brasil o fator rodoviário ao seu angustiante problema dos transportes terrestres. Entretanto, afora duas ou três rodovias dignas dêsse nome, construídas pela União, e mais algumas construídas pelos Estados, nada ou pouco mais de nada foi feito, embora o último governante viesse a adotar o lema "governar é abrir estradas". Mas a responsabilidade dessa falta de planos de conjunto e de ausência de iniciativa decorre em maior quinhão da exiguidade de recursos materiais em que sempre se debateu o país.

O mesmo aspecto não ofereceram, não obstante, os transportes marítimos, cuja organização veio do Império e cujo desenvolvimento nunca sofreu solução de continuidade. O crescimento do mercado interno e a ampliação da vida econômica do Brasil sempre encontraram um desenvolvimento paralelo em sua cabotagem. Assim, em 1930, os 250 navios que constituíam a frota mercante das 50 companhias existentes, fizeram 2.120 viagens percorrendo 4.305.000 milhas e transportando 272.768 passageiros e 35.185 mil toneladas de carga.

No sector dos transportes não se deve omitir a navegação aérea, que começou em 1927, no Rio Grande do Sul, com a Varig, para já em 1929 apresentar-se com quatro companhias cujas linhas em exploração eram de 7.245 kms. e cujos aviões percorreram 1.140.130 kms. com uma carga total de 7.778 kls. e 3.651 passageiros.

AS DÍVIDAS EXTERNAS

Durante a I República o problema das Dívidas Externas adquiriu excepcional gravidade. Os Estados, os Municípios e até companhias ferroviárias e o próprio café foram pródigos em conseguir dinheiro no exterior, sob a garantia da União, a qual também abusou do mesmo recurso. Todos os pretextos eram úteis para o lançamento de novos compromissos, desde o déficit orçamentário até a necessidade de pagar juros e amortizações dos empréstimos anteriores.

O primeiro da série republicana é o de 1892, no valor de frs. 23.710.00, contraído pela Estrada de Ferro Oeste de Minas. A êsse seguiram-se outros, até que o Governo, não dispondo de recursos para atender os seus serviços, viu-se forçado a negociar o primeiro "funding-loan", em 1898, no valor de £ 8.613.717. O característico dessa transação, conforme a tradução o indica — (*funding* — fusão; *loan* — empréstimo: fusão de empréstimo), é o ter sido praticada com os próprios credores, quando anteriormente os empréstimos eram resgatados com novos empréstimos tomados a outros prestamistas.

Novos empréstimos foram lançados até 1910, quando se fez uma operação para o Lloyd Brasileiro. Em 1911 outro para o pôrto do Rio de Janeiro, outro para a Rede Cearense, que foi absorvido em parte pelo escandaloso caso do Banco Russo, em 1913. Depois mais outro, de £ 11.000.000, para enfrentar a dívida interna.

Em 1914, tendo fracassado, em consequência da guerra dos Bálcans, prelúdio da Grande Guerra, uma grande operação externa esboçada pelo Ministério da Fazenda, o Brasil foi forçado a fazer seu segundo "funding-loan", que lhe acrescentou às dívidas mais £ 14.502.396 em títulos, visto que êsse tipo de operação consiste na fusão, ou melhor, na acumulação de todos os compromissos anteriores não pagos acrescidos dos respectivos juros e comissões, ou melhor, é "a emissão de novos títulos, vencendo juros para pagar juros vencidos".

Outros empréstimos vieram a seguir, até que a crise de 1922 levou o govêrno a negociar quatro grandes empréstimos externos: um de \$50.000.000, outro de £ 9.000.000, um terceiro de \$25.000.000 e, finalmente, um quarto de frs. 14.850.500.

Mas nem isso bastou e, em 1926, novamente, recorria o Brasil aos banqueiros estrangeiros e obtinha o empréstimo de \$60.000.000 e, em 1927, mais dois, um de \$41.500.000 e outro de £ 8.750.000. E, em 1930, corroando essa política, foi realizado o chamado "Coffee Realization", de £ 20.000.000.

Ao findar a I República, entre empréstimos e "fundings" para a União, Estados e Municípios, o Brasil havia adquirido novos compromissos na importância total em esterlinos de £ 310.035.258.

O quadro seguinte, dá uma idéa das dívidas, por tomadores e pelas moedas de procedência:

TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS (*)

Em 31-12-1930

	LIBRAS (£)	%	DÓLARES (\$)	%	FRS. PAPEL	FLORINS	TOTAL
União	99.770.434	62,0	147.433.500	39,5	329.663.754	—	—
Estados	50.609.128	38,0	157.536.300	60,5	227.505.125	10.680.000	—
Municípios	10.733.770	—	68.290.500	—	48.956.500	—	—
Total	161.113.332	100,0	373.260.300	100,0	606.325.379	10.680.000	—
Equivalente em moeda brasileira ao câmbio médio de cada ano	7.153.431:940\$		3.417.198:046\$		217.064:485\$	39.195:600\$	10.826.890:072\$

(*) — Dados de "Finanças do Brasil" — Vol. IX — 1940.

A situação geral das Dívidas Externas, desde 1824 até 1930, era a seguinte, convertidas tôdas as libras:

Compromissos assumidos		394.027.158	
Pago por:			
diferença de tipo	33.644.302		
amortizações	126.854.135		
juros	253.768.169		
comissão aos banqueiros	3.317.237	417.583.843	
Circulação		267.173.023	(1)

Em moeda brasileira a situação se apresentava, portanto, da forma seguinte:

O Brasil tomara 9.306.751 contos, pagara 10.007.789 contos e ainda devia 11.753.475 contos!

Acresce que a primeira cifra se refere ao encargo assumido e não ao que em realidade o país recebeu, pois, além dos onus da segunda cifra, muitas foram as centenas de milhares de contos que ficaram em mãos dos intermediários, e a verdade manda que se diga que entre êsses não raros eram brasileiros em cujos espíritos e ganância supria a ausência de patriotismo.

No prefácio do Vol. IX de "Finanças do Brasil", cita-se um desses casos por demais revoltantes para o povo brasileiro:

"Entre outros, mencionamos o que ocorreu com o empréstimo contratado pelo Estado do Ceará, em 1922. O total dessa operação era de 2.000.000 de dólares e o seu objetivo, além do resgate de um empréstimo em francos, levantado em 1910, a conclusão do serviço de abastecimento de água e esgotos de Fortaleza e a execução de outras obras de utilidade pública. Qual o líquido verificado? 1.740.000 dólares. Desta soma, é espantoso dizê-lo, os cofres estaduais apenas pressentiram a passagem de 150.000 dólares, tendo, entretanto, aquele Estado pago de juros, comissão e amortização, até 1930, 1.336.600 dólares e ainda existindo títulos no montante de \$1.980.000".

Mas deixe-se de lado êsses sutis meandros e fixe-se a atenção nos demais ensinamentos que decorrem da política de apêlo ao crédito externo. Até 1908, os banqueiros inglêses estiveram sozinhos em sua posi-

(1) — As diferenças verificadas nas cifras totais aqui expostas muitas vezes não coincidem entre si. Elas decorrem das diferenças de câmbio em que foram feitas as conversões de libra a mil réis, ou de dólar a libra, etc.

ção de financiadores da insaciável sede de dinheiro do Brasil. Daí em diante entraram em cena os franceses. Em 1921 começaram a aparecer os norteamericanos e, no ano seguinte, os holandeses fizeram uma operação relativamente pequena. Tirando-se os franceses, e os holandeses, cuja capacidade financeira não podia concorrer com a dos ingleses e americanos, restaram estes dois na liça.

Os totais do quadro publicado anteriormente demonstram o que foi essa competição. Enquanto os ingleses fizeram, de 1921 a 1930, à União, empréstimos correspondentes a 62 % de todos os seus empréstimos no Brasil, e de apenas 38 % aos Estados e Municípios, os norteamericanos concentraram nos Estados e Municípios a maior parte de seus créditos, ou melhor, quase que exatamente o inverso das proporções acima, isto é, 39,5 % à União e 60,5 % aos Estados e Municípios.

A razão dessas diferenças é esta:

Os empréstimos americanos foram em sua maior parte concedidos mediante concessões de serviços públicos (transportes urbanos, energia elétrica, telefones, etc.), naturalmente sem sacrifício dos costumeiros benefícios por juros, diferenças de tipo e comissões.

E já que abordamos problema tão delicado, como o da cooperação do capital estrangeiro na organização do nosso parque industrial, devemos confessar que nunca fomos defensores da política protecionista seguida pelo Brasil, no passado, e até já atribuímos à mesma a responsabilidade do artificialismo e do empirismo em que até há pouco viveram as nossas indústrias. Mas a consciência manda que pelo menos se justifiquem certos gestos que afinal foram de legítima defesa do Brasil. E' que não poucas foram as indústrias estrangeiras que, transplantadas para cá, acabaram se convertendo em fonte de fatores negativos, pois, longe de corresponder aos interesses do país que tanto as favoreceu, cuidavam exclusivamente de tirar dele o máximo de rendimento, cuidando assim tão somente de seus próprios interesses. Não foram raros os casos de industriais estrangeiros que bateram às portas dos governos brasileiros pedindo uma sempre maior proteção tarifária para os seus produtos fabricados aqui, em detrimento inclusive dos similares produzidos em seu próprio país!

Alás, como fica dito, o que sempre combatemos não foi o protecionismo em si, mas a desorientação com que se o aplicou desde pouco depois da Independência. Esse é que se tornou responsável pela injusta elevação dos preços das utilidades, pois à sombra das muralhas alfandegárias nunca procurou entregá-las ao consumo dos brasileiros senão auferindo lucros despropositados, escorchantes mesmo. A supressão da concorrência criou monopólios de produção a que não estiveram alheios poucos industriais estrangeiros e a estes e aos brasileiros que se beneficiaram de semelhante política antieconômica o povo batisou-os com muita propriedade de "industriais de alfândega".

Tal política protecionista, sem um controle orientador e racional por parte dos governos, tornou praticamente estagnada a marcha progressista dos novos métodos (pessoal e material) limitando dessa forma nossa capacidade produtora-industrial às necessidades internas, a preços elevados e automaticamente impossibilitando-nos de atender, nos mo-

TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS (*)

Em 31-12-1930

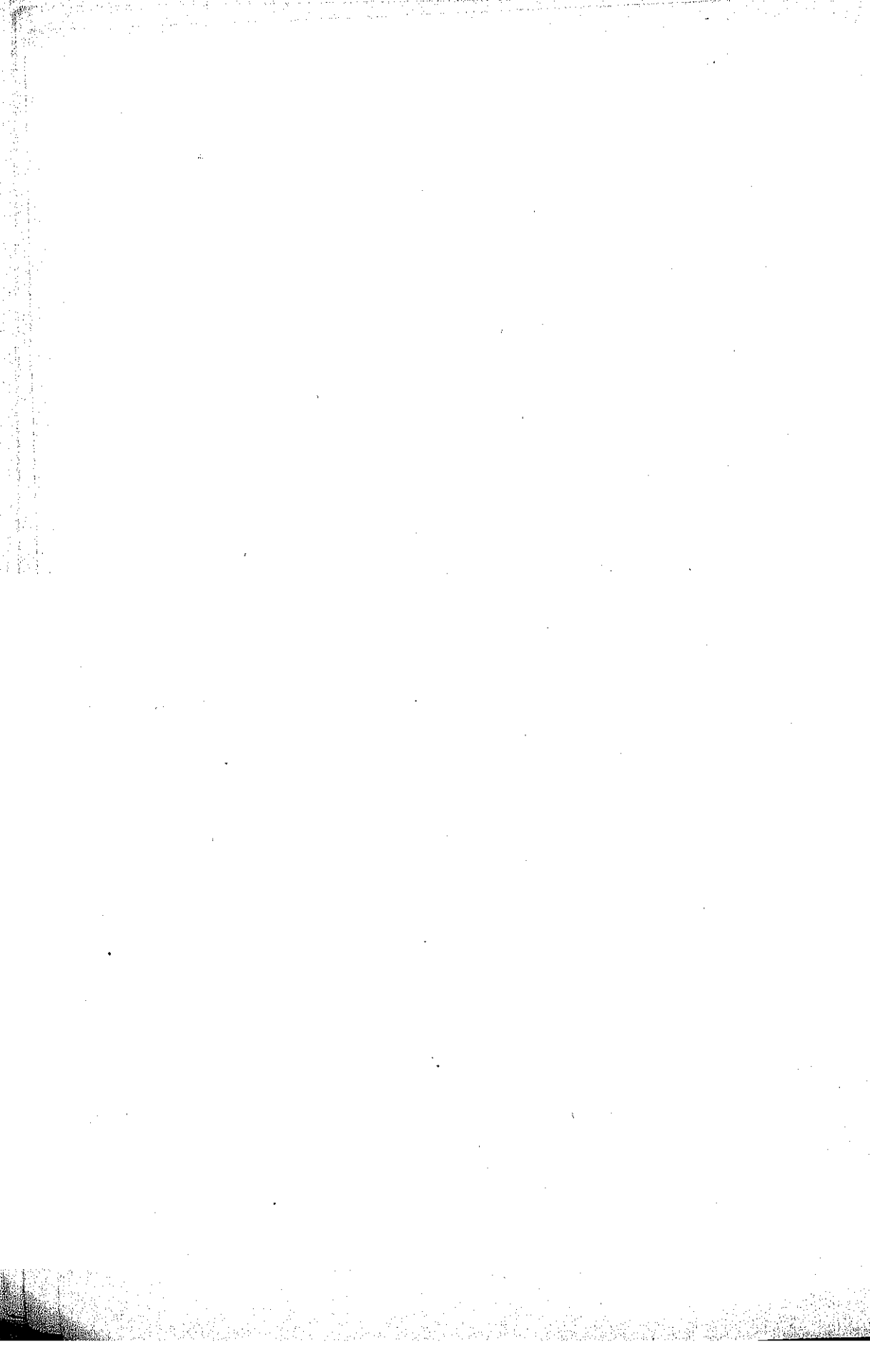
	LIBRAS	%	DÓLARES	%	FRS. OURO	FRS. PAPEL	%	FLORINS
União	99.770.434	62,0	147.433.500	39,5	233.206.250	96.657.504	25,9	10.680.000
Estados	50.609.128	38,0	157.536.300	60,5	—	227.505.125	74,1	—
Municípios	10.733.770		68.290.500		—	48.956.500		
Total	161.113.332	100,0	373.260.500	100,0	233.206.250	373.119.129	100,0	10.680.000
Equiv. em moeda brasileira	7.153.431.941\$*	— . —	417.514.415\$	— . —	3.417.198.046\$	133.600.714\$	— . —	39.516.000\$
	Total em moeda brasileira				11.161.261:116\$000			

(*) — Paridade sobre a Libra: Dólar, 4,85; Franco-ouro, 24,80; Franco-papel, 124; Florins, 12 e Mil réis 44\$400.

mentos oportunos, a política da exportação dos produtos manufaturados com nossa própria matéria prima. Desenvolveu-se uma mentalidade individualista de proventos fáceis, tendo presente a miragem do acúmulo de mil réis papel, legando-se para o futuro e para o esquecimento o problema econômico baseado na política de exportação, elemento indispensável ao fortalecimento da nossa moeda.

Em compensação, quanto deve o Brasil à iniciativa de outros estrangeiros arrojados, verdadeiros beneméritos que dividem com os nossos grandes pioneiros a glória de muito ter feito pelo engrandecimento do Brasil! Veja-se esse empreendimento maravilhoso que é a reprêsa de Santo Amaro, da qual sai tóda a energia — energia barata! — de que nasceu e se desenvolveu o parque industrial paulista, glória do Brasil, orgulho da América.

A esse, nós, brasileiros, defendemos como gente nossa e os seus interesses são os nossos próprios interesses.



DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NACIONAL

Em 1929 produziu-se, em Nova York, o maior colapso financeiro que a História registra. Esse dramático acontecimento não foi propriamente causa, mas sim efeito — precisamente o grande e primeiro efeito — de uma transição profunda na estrutura econômico-política do mundo.

Até então, aquilo que parecia uma corrida sem fim para a prosperidade, não fôra mais do que o processo de reajustamento dos povos depois da catástrofe de 1914/18. Fôra realmente uma fase de recuperação aquela e seus efeitos manifestaram-se em quase todos os recantos da terra. Gradativamente o intercâmbio entre as nações foi crescendo e, por fim, seu crescimento, que provocara uma desmedida produção nos gêneros e utilidades de maior consumo, ultrapassou a capacidade de absorção dos mercados. Por outro lado, os grandes maquinismos postos em funcionamento “racional” e a sistematização do trabalho moderno, reduziram o emprêgo do braço humano nos países industriais, justamente os de maior capacidade aquisitiva, e isso aprofundou a crise. Verificou-se a junção dos dois fenômenos mais delicados da sociedade moderna: a superprodução e o subconsumo.

Na Europa jogaram-se fora milhares de toneladas de hortaliças e de leite. Nos Estados Unidos, da mesma forma, porém em escala maior. A Argentina sacrificou grande parte de seus rebanhos de carneiros. O Brasil queimou café. E assim por diante. Enquanto a fome reinava e grandes massas viviam ao desabrigo, os valores monetários se depreciavam, a vida encarecia em tôdas as suas necessidades e a produção não se distribuía. Ao contrário, era eliminada depois de colhida e, o que é peor, no financiamento de quase tôdas essas eliminações participavam as rendas públicas.

Os paradoxos em que abundou aquele período, contrastes que mais parecem manifestações de um desequilíbrio cósmico, representam acima de tudo oscilações próprias das passagens de etapa da Civilização. Dê-se-lhe a denominação que se quiser, o que em verdade a crise traz em si mesma, é o encontro de dois ciclos distintos: a Revolução Industrial cedia seu reinado à Revolução Superindustrial; o liberalismo clássico transformava-se em nova modalidade ainda imprecisa; o homem confundia-se na massa e acabava-se o período posterior à Grande Guerra para iniciar-se o período anterior à Superguerra.

O vocábulo latino *super* aplicar-se-á a tudo que daí em diante irá viver ou irá acontecer. Foi mais um estádio da Civilização, na transformação contínua da sociedade, êsse que o mundo viu nascer com a crise de 1929.

O que há de profundo nos passos principais da História são exatamente os marcos de sangue que as guerras internacionais deixam atrás de si, assinalando cada uma transição de etapas que logo as guerras civís se encarregam de confirmar, ou vice-versa. Por isso chama-se de revolução o movimento, armado ou não, que procura fazer um povo apressar sua marcha para emparelhá-la à marcha do Progresso. Revolução é ação. Por isso também chama-se Reação todo o movimento contrário que procura deter êsse movimento, tanto em sua dinâmica universal como em seus avanços nacionais.

O que torna fundamental a crise de 1929-30 é justamente a desarticulação trazida aos padrões clássicos da vida de algumas nações em particular e das relações comerciais que tódas mantinham entre si.

Ambos os períodos se diferenciam substancialmente devido ao sentido que cada um tomou em face dos acontecimentos capitais: Como acontecimentos capitais devem ser considerados os dois conflitos universais: o que terminou em 1918 e o que se iniciou em 1939. Entre ambos medeia um espaço de 21 anos e a crise de 1929 é, não só do ponto de vista cronológico mas também do ponto de vista econômico-político, a sua intersecção.

O primeiro período constituiu uma fase de recuperação que, tendo ido além de seus limites naturais, acarretou uma crise de excessos. Pode atribuir-se o seu colapso à transgressão das leis que regem o equilíbrio entre a produção, o consumo e a circulação. O segundo, ao contrário, desenvolveu-se ao influxo das necessidades de um conflito previsto.

Aquele chegou à crise pela pletora. Êste caminhou para ela acumulando, descompassadamente, energias. Em outras palavras, o primeiro saiu da guerra e sofreu o colapso pelo demasiado impulso que lhe imprimiram. O segundo, partindo da crise, correu para a guerra dentro de planos de antemão organizados e objetivando um novo expansionismo a que se poderá classificar de superimperialismo. O não terem uns países se preparado tanto quanto outros, não altera o processo histórico. Isso decorre mais de uma deliberada falta de previsão dos próprios dirigentes, do que mesmo por inconsciência. O essencial é que a guerra atual é rigorosamente uma fatalidade histórica.

No Brasil, os reflexos desses acontecimentos ter-se-iam de manifestar de maneira violenta e por múltiplas razões. País sem capitais em escala alta e sem indústrias de base, mas com um potencial de riquezas naturais imenso e, o que é mais, com um mercado interno, embora proporcionalmente fraco, em pleno desenvolvimento, era natural que sua vida dependesse em grande parte de suas balanças de compras e de contas. Ora, na balança de compras as trocas de matérias primas por manufaturas

correspondem invariavelmente a desvantagens de toda ordem para as matérias primas. E a não ser o café, quase todo o volume das exportações brasileiras se constituía, então, de matérias primas. Da mesma sorte, na balança de contas, a posição dos países sem capitais é absolutamente desvantajosa, como ficou demonstrado nos capítulos deste trabalho, dedicados à Dívida Externa.

Para desenvolver sua produção, o Brasil tinha de tomar emprestado; para pagar os compromissos decorrentes desses empréstimos, tinha de obter ouro através de uma sempre maior exportação; para garantir os níveis dessa exportação, tinha de contemplar os compradores comprando-lhes cada vez mais. Por conseguinte, sua potencialidade econômica girava dentro de um círculo vicioso de evidente injustiça relativamente aos benefícios: a capacidade de pagamento, na razão direta das exportações; as exportações, na razão direta das importações; as importações, na razão direta da capacidade de pagamento.

Do ponto de vista das leis da Economia clássica está certo. O que, porém, não pareceria patriótico seria procurar eternizar-se esse estado de coisas injusto, e o papel exato que desempenhou o movimento nacional de 1930 é, do ponto de vista da História, a Revolução que abriu caminho ao Progresso. Aliás, tudo o que há de mais típico e de mais belo na evolução brasileira em demanda da emancipação econômica se encerra nos esforços do país para transpor, pela industrialização, o círculo vicioso riscado em torno de seu imenso potencial, deixando-lhe apenas o consólio de entrever, de outro lado do risco, perspectivas sempre maravilhosas.

Por isso a Revolução de 30 equivale a Progresso. Ora, Progresso no sentido contemporâneo equivale a Industrialização. E como Industrialização equivale a Independência Econômica, pode afirmar-se que a Revolução de 1930 é o fundamento de nossa Independência Econômica. O que se passou nestes dez anos, desde que ela empolgou o Brasil, especialmente no que vem de ocorrer com a siderurgia, é a prova do que aí está dito e por si só justifica e glorifica o espírito de sacrifício daqueles que, a partir de 1922, quase sem descanso, alimentaram com as suas lutas o fogo sagrado que a Nação, num dia de outubro, passaria a reverenciar.

A debacle internacional de 1929 refletiu no Brasil, segundo Normano, como o "entrelaçamento da crise crônica local com a crise mundial", por isso que foi "o resultado do cruzamento das oscilações nacionais e mundiais e da coincidência das oscilações longas e curtas do ciclo comercial". O sr. Getúlio Vargas, em outras palavras, repetiu ao assumir o poder, em 1930, aquilo que, em condições idênticas, haviam dito D. Pedro I, 102 anos antes, e Bernardino de Campos, há 32.

Com efeito, as reservas ouro estavam esgotadas; as exportações haviam caído de £ 94 milhões no ano anterior a £ 65 milhões; todos os produtos em plena baixa e o café com um "stock" armazenado de 20 milhões

de sacas; a dívida interna com a circulação agravada e a externa em alturas mirabolantes pela violenta baixa do mil réis (2 21/32), etc. Eis o Brasil que a Revolução arrancou da I e entregou à II República.

Vastos, impressionantes mesmo, eram os problemas com que se defrontava o Governo Provisório. Logo em seu discurso, por ocasião da investidura no poder, o sr. Getúlio Vargas anunciou os propósitos que o animavam de "cortando na própria carne", dar ordem ao caos.

Começa aí, nesse mês de novembro, um período de intensa, febril atividade. O Brasil, que durante o Império, marchara com um século de atraso em relação à Revolução Comercial e que, durante a I República, conseguira um avanço regular em relação à Revolução Industrial, precisava acelerar o ritmo de seu trabalho para ser digno da Revolução que o libertara de certas cadeias, precisava redobrar de esforços para recuperar com a maior brevidade todo o tempo perdido.

Era o destino a que se dispunha conduzi-lo o sr. Getúlio Vargas, quando em seu programa da Aliança Liberal traçara o panorama de sua Pátria militarmente desaparelhada, com um povo sem recursos, sem instrução nem saúde, com sua economia esterilizada pelo empirismo na produção e o artificialismo nas finanças.

Dez anos, desde então, o Brasil viveu, mas a pesar dos abalos que o agitaram e conflagraram o mundo ao seu redor, há de se reconhecer que o país cresceu e que sua trajetória é algo de impressionante, própria dos povos rejuvenescidos por uma vontade galvanizada. É verdade que nem tudo foi feito, nem seria de se exigir milagre a um país de recursos escassos, muito embora de riquezas imensas, sobretudo quando esse país tinha primeiramente de quebrar o famoso círculo com que se havia contornado as suas fronteiras econômicas.

As observações que a seguir serão referidas sobre as principais atividades econômicas que elevam este período de Getúlio Vargas às proporções históricas dos períodos de Cairú e de Mauá, por força de seu volume, não de ser sucintas, o quanto possível objetivas, pois não comporta detalhes o fenômeno que por si mesmo explica a intensidade de seus efeitos.

Entre aqueles nomes giram quatro séculos de História, mas três são as revoluções que eles encarnam. Por isso Cairú, Mauá e Getúlio se completam e cada um é a confirmação dos outros dois. São três períodos progressivos e progressistas, três estádios econômicos de transição: do regime colonial ao feudal; do feudal ao mercantil e do mercantil ao industrial. O que atravessa o país no momento, já é desde 1937 uma quarta fase. Por isso está fora daquela outra divisão que mostra ter o Brasil, durante o primeiro período, trabalhado para uma metrópole político-econômica, durante o segundo para uma metrópole financeira e, durante o terceiro, para duas metrópoles financeiras.

A tributação é um índice aplicável ao sentido dos três referidos períodos. Ela se expressa, em cada um deles, na força com que foi se concentrando, gradativamente, sobre os três lados do triângulo econômico: no regime colonial, quando o país produzia para a metrópole negociar, era da produção que se extraíam as maiores rendas; depois, no Império, quando o país vendia e comprava diretamente, mas não possuía ainda poder aquisitivo suficiente, era o mercado exterior que repartia com a produção o fornecimento das maiores rendas; por fim, com a República, instituído o trabalho livre e já formado um mercado interno, já aumentado o poder aquisitivo, é sobre a produção, a circulação e o consumo que se distribuem os principais benefícios do governo, nesse caso, dos governos, pois os Estados e os Municípios já são autônomos.

Politicamente, em consequência mesmo da expressão econômica que cada período possui, distintamente, essa diferenciação se acentua: o Império foi demasiado rígido em seu unitarismo; em compensação, a República, reagindo, também exagerou a descentralização de poderes, de maneira que, para coibir seus efeitos, a Revolução de 1930 desdobrou-se no Estado Nacional, que é, sob determinados aspectos, nesse terreno, o meio termo entre o unitarismo e o federalismo.

Quanto ao lado financeiro dessas alternativas, há o seguinte: durante o Império, só o governo central contraiu empréstimos externos (os tomados por duas Províncias já o foram no fim, quando o regime perdia a autoridade) e durante a República, os Estados e os Municípios dividem com a União os compromissos, quase em igualdade de importância.

O Estado republicano era um pequeno país em relação à Província imperial, que viveu sem maiores direitos. O Estado atual é mais do que a Província imperial e menos do que o Estado republicano, e suas funções de supervisor do conjunto dos Municípios que o integram são as de intermediário entre o poder central e o comunal. Ao Município cabe, na atualidade, a grande missão de célula da unidade nacional e, ao Estado, a de traço de harmonia entre o Município e a União.

Tal soma de elementos constitui a melhor base para se aferir da evolução que atravessou o Brasil na conquista do lugar que lhe compete no concerto das grandes nações. Outros países jovens apresentarão seus índices possivelmente em melhores circunstâncias, porém se se lhes atribuir tudo o que de adverso teve ou ainda tem o Brasil de enfrentar, desde a vastidão imensa, por vezes escarpada, por vezes insalubre, de seu território tropical, até as situações de verdadeiro estrangulamento, pela secular exploração a que o submeteram, ver-se-á que uma vitória tão brilhante, conquistada com tantos sacrifícios, é quase um privilégio seu. Pode dizer-se que o povo brasileiro dominou a variada e bravia natureza de sua Pátria por rormas próprias, originais, e o lugar que a elevou perante as demais nações é uma vitória de alcance e profundidade que nem todos

os povos podem legitimamente reivindicar, em similitude. Essa luta, com as condições naturais de um país que é um continente, aliada aos variados meios postos em ação para canalizar, século após século, para fora de suas fronteiras o produto de suas energias, ao invés de deixá-lo aplicar-se aqui mesmo e, ao contacto da terra que o criou, multiplicar-se em mil outras manifestações de riqueza, tem um valor que deve ser apreciado em função dos resultados obtidos. Por isso, cada brasileiro como que se vê integrado na Pátria que lhe legaram seus antepassados e que êle, por sua vez, há de legar aos seus descendentes.

A missão das gerações é essa, simplesmente. Não, porém, a das gerações de hoje. É que estas estão vivendo o momento histórico mais importante do mundo e de sua pátria. A elas cabe a glória de transformar um país semicolonial em uma poderosa nação industrial, como se verá a seguir, ano por ano, sector por sector.

A REPÚBLICA NOVA

A primeira preocupação do sr. Getúlio Vargas, ao assumir o poder, foi, como já dissemos, dar ordem às abaladas finanças da República. Para isso confiou a pasta da Fazenda ao sr. José Maria Withaker, cuja tarefa foi realmente pesada e cujos objetivos essenciais se resumiram em: "restituir no país a liberdade económica, comprando, primeiramente, o "stock" de café, então retido, e suprimindo, em seguida, gradativamente, as medidas perturbadoras ou compressivas que desorganizavam, no mundo inteiro, o comércio do principal artigo de nossa produção; atingir e assegurar a normalização financeira, realizando e mantendo o equilíbrio dos orçamentos; estabelecer uma organização bancária, criando o Banco Central de Reservas, e efetuando, em seguida, a reforma do nosso sistema monetário; instituir, afinal, o crédito agrícola, fundando o Banco Hipotecário Nacional". (1)

De vez que, "sob o ponto de vista geral, o café e o câmbio constituam os problemas de mais urgente solução", foi por estes que se começou.

Todos os processos de "defesas", de "valorizações" e de "salvamentos" já haviam sido tentados inutilmente.

"Formara-se então, em S. Paulo, grande "stock" de café que impedia como muralha de barragem a livre saída da produção desse Estado. Atrás dessa muralha debatia-se a lavoura, na situação terrível de não poder nem vender o seu produto, que só chegaria a Santos depois de dois anos e meio de retenção, nem levantar sobre êle qualquer quantia, que os particulares lhe negavam e os institutos oficiais já lhe não podiam

(1) — J. M. Withaker — "A administração financeira do Governo Provisório".

fornecer. Em consequência desta situação cessaram de ser pagos regularmente os próprios colonos, e, como, com isso, não recebessem os comerciantes do interior, o que já lhes tinham adiantado, deixaram, por seu turno, de pagar, aos atacadistas e importadores, refletindo-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que ficaram inteiramente paralisadas". (1)

Entre os planos estudados obteve preferência o da aquisição, por parte do Governo, dos "stocks" retidos, os quais foram retirados do mercado e em seguida incinerados sob pena de estourar os armazens reguladores. Essa operação, que aliviou o mercado de 20 milhões de sacas e que custou ao Governo 400 mil contos, permitiu que a lavoura se livrasse de um colapso, vendendo o equivalente de duas safras de 14 milhões de sacas cada uma, da qual cerca de 18 milhões foram exportadas até fins de 1931. Daí em diante começou a política de eliminações que, se opôs resistência à pressão baixista, não permitindo que o declínio dos preços fosse assás violento, não evitou, entretanto, que a concorrência estrangeira aumentasse; ao contrário, incentivou-a com a permanente possibilidade de colocar toda a produção de todas as suas safras. O essencial, entretanto, é que no angustioso momento em que o Brasil renovava sua orientação política e sofria os maiores efeitos da crise internacional, seu principal produto, aquele que ainda em 1931 representava nada menos de 69 % das exportações totais, fôra salvo — é verdade que à custa de medidas drásticas — mas fôra salvo.

Outras medidas, no mesmo ano, tomou o Governo em relação ao café, e a principal, pela grande repercussão que obteve, foi a da troca de 1.275 mil sacas por 25 milhões de bushels de trigo americano, operação que deu ao nosso Governo um lucro comercial de 35 mil contos, na revenda aos moageiros nacionais do trigo adquirido. Não foram afetados os preços do café nos mercados internacionais, ao contrário dos do trigo, que subiram alguns pontos em quase todos os países — menos no Brasil. Em consequência dessa operação, o povo brasileiro pôde consumir pão a preço uniforme por mais de ano, o que não se deu com os outros povos, cujo pão sofreu altas sucessivas.

Para fazer frente ao problema do câmbio, que descera a 5 1/4 começou-se por monopolizar, no Banco do Brasil, a compra de letras de exportação e a venda de cambiais. O resultado foi "a suspensão virtual das remessas para o estrangeiro; mesmo para pagamento de trigo, carvão, gasolina e outros artigos indispensáveis". (2) Foi necessário, para aliviar a situação e não comprometer o crédito externo do país e de seu comércio particular, lançar mão do que restava ainda em ouro, sendo enviadas

(1) — J. M. Withaker — Obra citada.

(2) — J. M. Withaker — Obra citada.

as 4.377 mil libras do Banco do Brasil e as £ 3.164 mil da Caixa de Estabilização. Essas remessas e um empréstimo de £ 6.550 mil, que a seguir foi tomado a ano e meio de prazo (e que foi pago em dois anos), permitiram que os compromissos do país, decorrentes da insuficiência da balança comercial e do déficit orçamentário, fossem atendidos, ficando o mercado cambial reservado às necessidades do comércio.

Tendo havido um decréscimo nos depósitos do Banco do Brasil, nesta Capital, passaram estes em dois meses de 500 mil contos a 130 mil, sendo por isso o Governo forçado a defender o estabelecimento oficial de crédito elevando as taxas de juros para os depósitos bancários, determinando-se com isso uma elevação nas suas disponibilidades a 264 mil contos, o que o trouxe à normalidade. Porém o alarma era geral e todos os bancos viviam no pavor de uma "corrida", por isso trancavam seus encaixes, dificultando ao máximo as operações. Para coibir essa crise de medo o Governo reabriu a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e em breve tudo serenou, baixando-se inclusive a taxa geral dos juros.

Fez-se ainda uma acentuada redução no déficit orçamentário desse primeiro ano de governo, atingindo a compressão das despesas a 423 mil contos.

O ano de 1931 teve um saldo líquido na balança comercial de 1.517.000 contos, mas como precisou desembolsar com o serviço da dívida externa a soma de 1.689.000 contos, pode-se dizer que o déficit da balança de contas foi de apenas 172 mil contos. A essa altura fez-se o terceiro *fundng*, através do qual o Brasil fez um acôrdo sobre os chamados atrasados de Hala e, ainda, ganhou algum tempo para proceder a estudos demorados e conhecer da realidade do problema das Dívidas Externas, como se verá adiante. O "fundng" de 1931 foi, em última instância, um novo empréstimo, uma operação branca que não nos trouxe dinheiro, mas que aumentou de 18.359.000 libras aqueles compromissos, elevou-os a quase £ 277 milhões, ou sejam, à paridade da época, a mais de 17 milhões de contos de réis.

Um registro que não pode deixar de ser feito é sobre a Missão Niemeyer, que aqui esteve em 1931 e, após cinco meses de severo balanço nos departamentos econômicos, terminou por sugerir medidas que em sua maior parte não puderam ser executadas, dada a falta de recursos do país.

De 1932 em diante, embora lentamente, começaram a melhorar, de certa maneira, as finanças do país. Dois acontecimentos de muita importância vieram, porém, agravar as difíceis condições ainda subsistentes: a revolução de S. Paulo e a seca no Nordeste, sendo o Governo Provisório forçado a efetuar despesas extraordinárias de 452 mil e de 139 mil contos para um e outro, respectivamente.

A S D Í V I D A S E X T E R N A S

Em novembro de 1931, impressionado com a falta de dados relativos às Dívidas Externas, o que gerara tremenda confusão e se refletira de maneira profunda sobre a saúde da Nação, instituiu o Governo a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios.

Os conhecimentos que se tinha, até então, no país, sobre tão grandes encargos, os quais exigiam remessas anuais de 22 milhões de libras, eram limitados, escassos mesmo. Das 23 últimas operações realizadas, estavam nos arquivos oficiais as cópias de, apenas, 4 contratos. Os valores das remessas eram ignorados e os pagamentos eram geralmente feitos na base dos avisos prévios dos próprios banqueiros. Quanto à contabilidade, nem por aproximação!

A secretaria técnica da Comissão, entrando a trabalhar, começou por colecionar os contratos de todos os empréstimos federais, estaduais e municipais. Como quase nada existia aqui, foi o secretário técnico forçado a ir à Europa e aos Estados Unidos, onde, pessoalmente, junto aos banqueiros, conseguiu completar a coleção de contratos dos nossos 104 compromissos externos. No prefácio do volume I de "Finanças do Brasil" (1) então publicado, dizia o secretário técnico da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios: "Nosso departamento possui todos os elementos que se referem aos compromissos dos Estados no exterior, tais como: os contratos assinados, o histórico de cada empréstimo, o fim a que se destinava seu produto, as garantias dadas, as comissões distribuídas, e, de muitos deles, o emprêgo dado ao líquido recebido pelo Estado, emprêgo muitas vezes diferente daquele para o qual foi obtido o empréstimo. No estudo que a secção técnica realizou pôde constatar fatos que confirmam as conclusões da comissão de inquérito do Senado Americano, sobre as operações realizadas por banqueiros dos Estados Unidos com os países da América do Sul, operações essas que prejudicaram não só os interesses dos subscritores desses empréstimos como também os das populações dos países devedores. Aos primeiros, porque viram seus títulos depreciados pela impontualidade ou suspensão dos pagamentos; aos segundos, pelos onus que essas transações acarretaram aos orçamentos de seus países ou Estados". A análise dos contratos dos empréstimos e a do emprêgo do produto dessas transações revelaram muitas vezes fatos que mostram o descaso de muitos dos nossos administradores pela causa pública. Geralmente, as condições dos empréstimos efetuados eram onerosíssimas, não só pela taxa de juros, pelo tipo em que eram lançados, pelas comissões distribuídas, como também pela inserção de certas cláusulas nos contratos, muitas das quais vexatórias para nos-

(1) — Valentim F. Bouças — "Finanças do Brasil".

tos brios. Para não enumerar muitos casos que alongariam, sem necessidade, esta exposição, visto que a Comissão tem ao seu dispor todos esses documentos, poderíamos citar o de um contrato que dava ao banqueiro o direito de, no caso de falta de pagamento dos juros, cobrar, por suas próprias mãos, os impostos, e, para esse fim, era a administração obrigada a fornecer-lhe todos os livros de lançamento; em outro, o Estado se obrigava a dar a um empreiteiro, indicado pelo contratante, determinado serviço público. Para isso ficou a parte do produto do empréstimo destinada àqueles trabalhos em poder dos banqueiros. Era tão idôneo o empreiteiro que se viu o Governo forçado a rescindir o contrato, pagando o Estado àquele industrial ainda grande indenização, depois de esgotados todos os fundos em poder dos banqueiros, sem que as obras ficassem terminadas. Estado houve que fez dois empréstimos de vulto, no espaço de 10 anos, para certa obra pública e não conseguiu vê-la realizada, embora fosse a mesma orçada em importância inferior a do menor empréstimo. De um empréstimo feito nos Estados Unidos, paga um Estado, de juros, pela metade da dívida, 16% anualmente, embora consigne o contrato o juro de 8%".

"Há ainda os casos de contratantes sem a idoneidade precisa, que comprometiam pelas suas transações ilícitas o crédito, tanto do Estado como do Brasil. Basta citar o caso dos empréstimos de Alagoas, do Espírito Santo, de Santa Catarina. Este último realizou, em 1919, um empréstimo de \$ 5.000.000, ao tipo de 86,5%, juros de 6% mas, em virtude da falência do banqueiro, só recebeu \$ 1.541.060. Teve que realizar, para resgatar os títulos em circulação, novo empréstimo, a juro de 8%, tipo de 90 e despendeu nesse resgate a importância de \$ 2.783.398. Esses e outros fatos foram as causas principais da situação de descalabro em que a revolução veio encontrar as finanças de grande número de nossos Estados".

De posse do material necessário e após as convenientes análises a que o mesmo foi submetido, entregou-se a secretaria à contabilização da Dívida Externa, de forma a habilitar o governo a conhecer, a qualquer momento, a situação de cada empréstimo, de cada título, de cada "coupon". Assim, em pouco, já era possível conhecer-se o montante dos nossos compromissos, nas diversas moedas:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1931

MOEDAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAIS
Libras.	97.758.798	48.957.879	10.676.490	157.393.167
Dólares.	144.672.500	151.530.300	66.944.000	363.146.800
Frs. ouro.	228.989.500	—	—	228.989.500
Frs. papel.	96.181.500	227.504.625	48.956.500	372.642.625
Florins.	—	8.901.000	—	8.901.000

Os serviços anuais dessas dívidas montavam a £ 22 milhões.

Foi quando assumiu a pasta da Fazenda o sr. Oswaldo Aranha. Habilitado pelos elementos de que, graças aos trabalhos técnicos da Comissão, dispunha, o ministro entrou em entendimento com os banqueiros estrangeiros e com eles chegou a um acôrdo estipulando bases inteiramente novas para o cumprimento das obrigações. O “esquema Oswaldo Aranha” estabelecia a redução real dos juros e incorporava ao país vultosa importância que, em outras circunstâncias, deveria ser paga aos credores. Durante os quatro anos compreendidos no acôrdo, deveria o Brasil pagar por um serviço equivalente a £ 90.664.000, apenas £ 33.645.000, recebendo todavia integralmente os “coupons”. A diferença economizada pelo Brasil, por êsse acôrdo, foi de £ 57 milhões. Além disso, foram transferidos para o fim dos prazos dos empréstimos, sem juros, mais de 900 mil contos em “coupons” vencidos e não pagos.

O característico dessa operação é o ter sido feita sem novos aumentos dos débitos. As remessas efetuadas, em cumprimento a êsse acôrdo, até novembro de 1937, época em que o Brasil suspendeu os serviços da Dívida Externa, foram os seguintes:

REMESSAS EFETUADAS ATÉ 27 DE NOVEMBRO DE 1937

ANOS	LIBRAS	DÓLARES	FRS. OURO	FRS. PAPEL	FLORINS
1934 . . .	3.815.047	8.125.270	429.296	119.796.554	60.346
1935 . . .	4.646.488	12.020.883	2.631.815	15.006.720	148.914
1936 . . .	4.958.068	13.010.097	3.134.092	15.311.943	165.646
1937 . . .	5.259.834	15.152.987	3.244.785	12.945.233	207.476
Totais .	18.679.437	48.309.237	9.439.988	163.060.451	582.382

Em 1937, ao transformar-se o regime, foi suspenso o pagamento, a fim de dar tempo e oportunidade ao ministro Sousa Costa de encetar novas negociações com os banqueiros, em procura de uma solução mais

justa e consentânea com as difíceis condições da época. Isto foi feito em março do corrente ano e representa outra grande vitória para a economia brasileira, pois reduz a 50% os encargos decorrentes do "Esquema Oswaldo Aranha".

Assim, no primeiro ano de vigência do plano, os serviços relativos aos empréstimos da União, dos Estados e dos Municípios — que custariam de acôrdo com os contratos £ 23.600.000 e que ficaram reduzidos pelo esquema Oswaldo Aranha a £ 6.712.000 — serão satisfeitos com a remessa de, apenas, £ 4.140.000; no segundo ano custarão igual importância; no terceiro, £ 4.170.000 e, no quarto, £ 4.350.000. Em todo o período teremos, assim, satisfeito serviços no valor de £ 94.520.000 com a soma, apenas, de £ 16.800.000, o que corresponde a uma diferença de £ 77.720.000.

As dívidas externas da União, dos Estados e dos Municípios somam, êsse fim de ano, em moeda inglêsa, £ 244.873 mil; em moeda americana, \$ 1.186.266.865 e, em moeda brasileira, 23.725.337:300\$, dividindo-se da seguinte forma:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1939

MOEDAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAIS
Libras.	104.188.400	41.633.806	10.377.067	156.199.273
Dólares.	168.771.745	128.578.900	58.909.500	356.260.145
Frs. ouro.	229.185.500	—	—	229.185.500
Frs. papel.	273.634.212	226.299.625	21.520.000	521.453.837
Florins.	—	8.366.000	—	8.366.000

A secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, que foi criada em substituição à antiga Secção Técnica da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, vem, desde 1937, controlando os Serviços da Dívida Externa, sem prejuízo da contabilização dos compromissos da União, confiada à Contadoria Central da República.

No presente, o total dos 108 empréstimos que constituem a nossa dívida monta, em números redondos, em libras, a 248 milhões, em dólares a 992 milhões e, em dinheiro brasileiro, a 16 milhões de contos de réis.

Dêsses totais a União tem 62%, os Estados 28% e os Municípios 10%. A percentagem, entre as moedas, é a seguinte: libras — 62%, dólares — 34% e francos e florins — 4%.

Dos Estados, 14 possuem dívidas e, dos Municípios, 17. Entre os Estados, a distribuição percentual, pela importância total, é de 42,7%

para S. Paulo, 15% para o Rio Grande do Sul, 10% para o Rio de Janeiro, 8,9% para Minas Gerais e 23,4% para os demais.

O secretário técnico, em suas numerosas viagens aos Estados Unidos e na avultada correspondência que mantem com os banqueiros estrangeiros, tudo vem fazendo no sentido de que êles procurem vir de encontro aos interesses do Brasil, interesses que se manifestam exatamente na nacionalização de suas dívidas. Aliás, uma recente lei autorizou a cotação, na Bolsa de Valores desta Capital, dos referidos títulos e foi essa uma das medidas mais acertadas quanto ao problema, pois isso virá facilitar enormemente a sua aquisição por parte dos governos devedores, os quais, dessa forma, poderão reduzir, dentro de seus recursos normais, compromissos que de outra maneira sairiam a preços inacessíveis. Acordos diretos têm sido feitos, também, como aconteceu com a Prefeitura de Livramento que vem de adquirir, em brilhante transação, 465 títulos de mil dólares pela importância de apenas 1.091 contos de réis.

O Brasil, não obstante a suspensão do serviço da dívida, tem até certo ponto compensado economicamente a economia dos países credores. Por exemplo, em nossas relações com os Estados Unidos — os maiores elientes do café brasileiro — existe uma compensação que não deve ser esquecida. “Pela suspensão dos serviços da Dívida Externa deixámos de pagar aos credores americanos menos de 34 milhões de dólares, mas só na diferença de preços do café que nos compraram, nesse mesmo tempo, êles fizeram uma economia de mais de 131 milhões. Em suma, a economia do povo dos Estados Unidos, mesmo não recebendo o total das nossas dívidas externas, ainda tem a seu favor um saldo médio anual de cerca de 100 milhões de dólares. Deixámos de pagar, em média, a importância de 26 cents *per capita*, mas, por outro lado, cada cidadão americano passou a dispendir menos \$1.00 por ano, pelo café brasileiro que consumiu”. (1)

As últimas disposições do Presidente da República encaminharam o problema da Dívida Externa com orientação tão segura que êle já não mais nos deve preocupar. Foi como um pesadelo do qual despertamos. Retardou por mais de um século o progresso do Brasil, asfixiou suas finanças e tolheu seu desenvolvimento econômico. Tanto é isso verdadeiro que, hoje, saldos da nossa balança comercial já podem ser convertidos em benefício do próprio povo brasileiro. Diante disso, podemos dizer com toda a convicção que metade daquilo que nós consideramos a nossa independência econômica reside no fato de termos modificado os termos das antigas obrigações da Dívida Externa.

(1) — Valentim F. Bouças — “A influência do café na riqueza nacional”.

Até 1931, quanto o povo brasileiro ganhava pelo fruto de seu trabalho, era absorvido por esse *pipe-line* próprio para sugar as energias das nações.

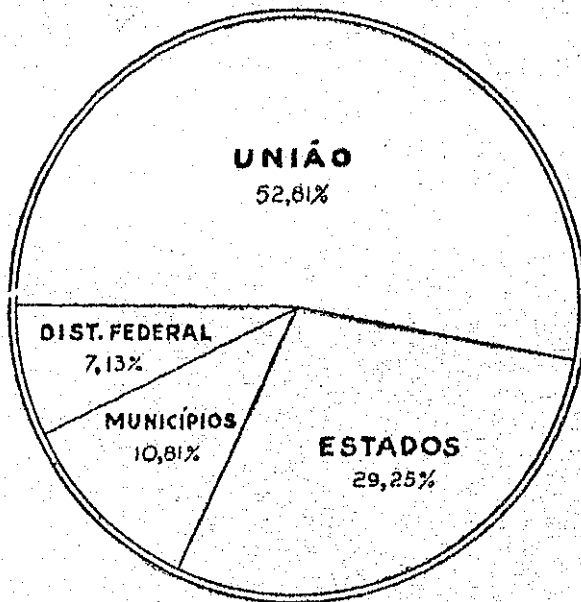
Até 1937, essa situação, embora mais branda, perdurou. Só agora, na base em que estão os Serviços, é que podemos proclamar a nossa emancipação.

E se nos referimos dessa forma é porque infelizmente a política dos empréstimos externos servia mais comumente às conveniências particulares dos seus intermediários, do que propriamente aos interesses da nossa economia. Em suma: os empréstimos externos deram-nos a ilusão momentânea de um desfôgo financeiro, mas infelizmente, com o tempo, foram prejudicados os nossos interesses económicos e mais agravados os financeiros.

Tivessem, êses mesmos empréstimos, sido mais cautelosamente filtrados, tanto pelos banqueiros como pelos nossos governos passados, e por certo as condições seriam outras, tanto para os devedores como para os credores.

O gráfico abaixo, melhor do que quaisquer argumentos, demonstra como só no último decênio de sua vida pôde o Brasil ver descer os efeitos daquele tentacular sacrificio.

DIVIDA EXTERNA DO BRASIL
 União — Estados e Municípios
 CIRCULAÇÃO DE 1822 A 1940
 Em milhões de Libras



P A N O R A M A E C O N Ô M I C O

A economia brasileira, durante o decênio 1930-1940, oferece aos estudiosos um panorama que se caracteriza por um violento arranco para a frente. "O sentido legítimo do nosso imperialismo — disse o Presidente — é crescer dentro de nós mesmos, levando as fronteiras econômicas até os limites das fronteiras políticas". Esse pensamento encerra toda a expressão destes dez anos e indica com singular precisão a marcha do nosso desenvolvimento econômico.

Todos os sectores da vida brasileira sentiram os efeitos salutareos dessa arrancada para o progresso, tornando-se até difícil estabelecer, nos respectivos índices, qual deles apresentou maior ímpeto ou maior aproveitamento.

O Brasil cresce dia a dia, valoriza suas populações do interior dando-lhes com o salário mínimo e com grandiosas obras públicas, inclusive várias vias de penetração, maior capacidade de trabalho e, logo, de consumo, determinando assim, em bases sólidas e práticas, um novo período de "entradas", com o desenvolvimento de seu mercado interno.

A produção agrícola, pastoril e mineral, que val sendo organizada ao influxo de métodos modernos, passa de um estágio de indústria extractiva a outro de cultura racional, ali onde o progresso praticamente não havia entrado e os diversos institutos de amparo, controle e fomento vão elevando-a relativamente às necessidades do consumo.

A produção industrial, defendida como nunca o fôra anteriormente, já por um sistema fiscal mais adequado, já por um melhor abastecimento de matérias primas, por um sempre maior consumo interno como por um financiamento mais acessível, desdobra-se e amplia-se em múltiplas atividades novas, preparando-se, assim, inclusive tecnicamente, para receber o impulso que lhe trarão a siderurgia e os combustíveis nacionais.

O proteccionismo por que nos orientamos hoje muito difere daquele intransigente e desorientado de ontem. É que hoje não desejamos ver nossas indústrias nascer da política aduaneira, mas de necessidades e de possibilidades reais. Nosso proteccionismo de hoje tem sentido mais profundo. Ele se orienta de forma a não prejudicar a nossa comunidade nacional em beneficio de uma casta de privilegiados, como muitas vezes aconteceu no passado.

Os transportes acompanham a evolução nacional, sendo de notar-se o estabelecimento de novas linhas de navegação marítima e fluvial, a construção de novas rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e a aquisição de navios, de aviões, de locomotivas, de vagões, de trilhos e de material para as suas construções.

O crédito, por sua vez, vai crescendo na razão directa da produção,

do consumo e dos transportes, sendo de se destacar os estabelecimentos do Governo, como o Banco do Brasil e as Caixas Econômicas, que por seu volume, amplitude e iniciativa, controlam alta percentagem dos negócios, o que permite ao Estado, no presente momento, uma orientação adequada aos rumos que pretende imprimir às atividades econômicas.

O homem brasileiro, amparado por medidas até 1930 desconhecidas, desde as leis de trabalho até os institutos de previdência social e as instituições de assistência e saúde, melhora seu vigor físico e mental, vai portanto elevando seu standard de vida e, com isso, sua capacidade de trabalho.

As finanças públicas sentem a benéfica influência dessa era de renovação e renovam-se também. A racionalização do serviço público, a mecanização, aperfeiçoando a administração, e o próprio aumento contínuo das rendas da União, dos Estados e dos Municípios indicam justamente maior capacidade do contribuinte, ao qual pode ser devolvido, em serviços de utilidade pública, uma sempre maior parte de suas contribuições.

Sobressai entre os demais impostos, pela justiça e equidade, o da renda, cujo processo se nos afigura ao da natureza, que concentra em nuvens a água recolhida da terra, onde é mais abundante, por evaporação, para restituí-la à mesma terra, redistribuída equitativamente, em forma de chuva, onde mais falta faz.

E a defesa nacional desenvolve-se em ritmo animador, crescendo as indústrias bélicas e navais em proporções dignas das forças armadas da Nação.

O resultado de tudo isso é a bela posição que o Brasil está ocupando no Continente, não só como o segundo irmão maior, mas também como a segunda potência industrial, à qual recorrem as outras para o suprimento de suas necessidades de manufaturas. O desenvolvimento do mercado interno nacional corre paradas com o desenvolvimento do intercâmbio panamericano. De país dependente economicamente, passámos à Nação que cuida de abrir créditos às demais, para que adquiram as utilidades aqui fabricadas, tal como se fazia conosco quando a nossa vida nacional não era a que hoje é.

Essa promissora realidade e o futuro com que ela nos acena, desde que os problemas da siderurgia e dos combustíveis estão em vias de solução, valem pela melhor afirmativa do quanto é capaz o povo brasileiro e o reconhecimento dessa verdade se manifesta na confiança que nos dispensam os "leaders" da grande indústria mundial, que se voltam para o Brasil como o campo mais seguro, mais propício e mais futuroso aos seus capitais e à sua técnica. Casos tem havido entre nós nesse sentido, que merecem registro especial, como o daquele engenheiro estrangeiro que, demonstrando reconhecimento à terra onde exercia suas atividades,

presenteou ao nosso governo a patente de um aparelho de gasogênio de sua invenção, fruto de vários anos de estudos e experiências.

O Governo do sr. Getúlio Vargas tudo isso nos deu, desde que, pelo regime de 10 de novembro de 1937, estabeleceu as bases desse Estado Novo cujos sinônimos são: Prosperidade, Segurança e Independência.

OS TRÊS REINOS DA NATUREZA

Para verificar-se o que foi feito nos sectores da produção, basta até certo ponto enumerar e estudar o que fizeram e fazem os órgãos governamentais ligados à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Viação e do Trabalho.

É necessário agregar-se a cada nome os títulos que cada um conquistou, pois se uns são de criação muito recente e pouco puderam fazer, como o Instituto do Sal, outros de mais remota fundação têm a seu favor uma soma de serviços traduzida no robustecimento da economia nacional.

Começemos pelo Departamento Nacional do Café, sobre o qual repousa a produção de maior valor econômico, uma vez que, neste decênio, o café ainda figurou com percentagem que oscila pelos 50% sobre os totais da exportação. Embora tratando-se de um órgão coordenador da produção e do consumo do café, infelizmente, talvez premido pelas circunstâncias e erros do passado, acumulados no presente, não completou ainda a sua ação racionalizando a produção e fomentando o consumo.

O problema do café, em consequência da política de valorização, agravava-se de ano para ano. A queima de mais de 80 milhões de sacas não impediu que os preços baixassem no exterior, pois, estimulados pelo autossacrifício brasileiro, os nossos concorrentes nunca deixaram de produzir sempre mais. Assim de 1922-23 a 1937-38, o Brasil produziu mais de 317 milhões de sacas, mas apenas conseguiu exportar 237 milhões, isto é, 80 milhões a menos, enquanto que seus concorrentes, duplicando suas safras de 5 para 10 milhões, conseguiram colocar, contando-se as sobras do período estatístico, mais 88 mil sacas além dos 132 milhões que produziram.

Como os referidos concorrentes não quisessem associar-se aos nossos sacrifícios, rompemos a política seguida até então e enfrentamos a livre concorrência no mercado internacional, o que aconteceu em 13 de novembro de 1937. Entre as medidas adotadas figuram a redução da taxa de exportação de 45\$ para 12\$, a abolição do confisco cambial de 20\$ e várias outras providências de caráter financeiro, de cuja execução ficou encarregado o Banco do Brasil. O resultado dessa nova orientação foi, em tempo relativamente curto, o domínio absoluto que assumiu o café brasileiro. Tanto os embarques como os preços, melhoraram sensi-

vel e rapidamente, invertendo-se as situações: em 1937 nossas entregas quase se igualaram às dos nossos concorrentes, com uma diferença de 1.740.000 sacas, apenas, mas em 1939 eles somente contribuíram para o consumo mundial com a quota de 8.918.000 sacas, enquanto o do Brasil se elevava a 17.350.000.

A guerra européia, infelizmente, modificou a promissora ascensão do café. Não obstante, as medidas governamentais aí estão a amparar a sua lavoura, cuidando ainda de conseguir novos mercados e de alargar os já existentes, indo de encontro aos consumidores e não esperando que eles venham a nós. Com o aproveitamento industrial dos subprodutos, ora em experiência, poderá o nosso principal produto alcançar, em futuro talvez não remoto, ainda maior expressão econômica.

Ao Instituto do Açúcar e do Alcool deve o Brasil a solução da crise da lavoura canavieira. Essa crise proveio da associação dentre a brusca suspensão das exportações determinadas pelo período de apósguerra e o restabelecimento da produção açucareira da Europa, êste fenômeno acrescido do período de subconsumo iniciado em 1929. Organizada em 1932 uma comissão de caráter executivo, de suas sugestões e experiência nasceu o Instituto, que não só vem orientando a produção como ainda tudo vem fazendo para incrementar a indústria de alcool-motor, cuja produção passou de 19 mil contos, em 1930, a 72 mil contos em 1939. A produção de açúcar, que foi, em 1930, de 19 milhões de sacas, manteve-se até 1939 mais ou menos ao mesmo nível, sendo de notar-se que, a pesar do aumento no custo geral da vida, seus preços não sofreram alterações sensíveis. Espera-se para êste ano uma produção total de 21.550.500 sacas.

O Instituto Nacional do Mate muito tem contribuído, também, para o aperfeiçoamento da produção e de mais justa distribuição. Sua propaganda no interior e no exterior já alcançou resultados apreciáveis, pois já conseguiu deter a redução das exportações e aumentou substancialmente o consumo interno.

O Ministério da Agricultura, em combinação com as Secretarias de Agricultura dos Estados, muito faz para que a técnica, a mecanização e os processos agrícolas evoluam como se está verificando em todo o país e em todos os sectores agrícolas. Assim, no reino vegetal, vemos a borraça readquirir impulso e em perspectivas de novamente alcançar posição destacada na economia brasileira, não só pelo que pode abastecer as nossas fábricas como pelo que poderá pesar nas cifras da exportação. Vemos o algodão figurando logo após o café como produto de exportação, e, ainda, abastecendo o parque têxtil nacional cuja projeção nos mercados panamericanos é cada vez de maior prestígio. Fibras vegetais de grande aproveitamento acompanham o algodão em sua ascensão. Vemos o trigo nacional, sendo que só a safra de trigo do Rio Grande do Sul está prevista para o corrente ano em 140 mil toneladas. Vemos ainda outros

produtos de grande expressão econômica, como as ceras e os óleos vegetais, bem como o cacau, em franca prosperidade.

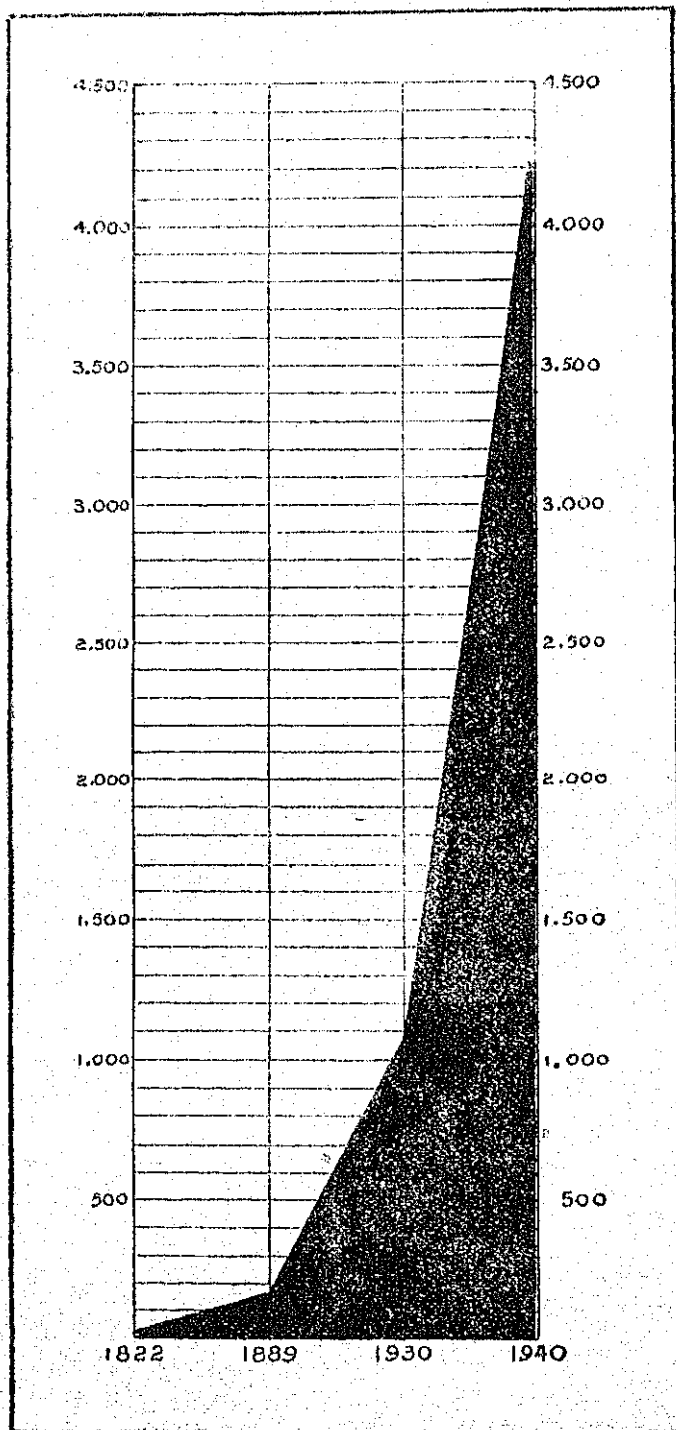
No reino animal, vemos a pecuária na sólida situação em que se encontra, com a apuração cada vez mais alta dos rebanhos e uma produção sempre maior e mais remuneradora, bastando ver que só de bovinos foram abatidos nos seis primeiros meses do corrente ano 1.108.732 cabeças. Vemos a caça e a pesca regulamentadas, organizadas e dirigidas sob forma tão ampla que já constituem reais valores econômicos.

No reino mineral, vemos o ouro com uma produção mensal de mil quilos. Vemos o cimento suprindo 95,2% das necessidades nacionais, com suas 700 mil toneladas no valor de 160 mil contos. Vemos minérios de grande valor (dos quais já se disse termos todos os conhecidos menos dois), em aproveitamento sempre maior.

Enfim, no que diz respeito à produção vegetal, animal e mineral, tudo se encaminha para que os problemas se resolvam de acordo com a abundância com que se apresentam ao homem e possam ser aproveitados na medida das exigências do nosso povo e daqueles povos que desejem negociar conosco.

No corrente ano, 1.016 são as cooperativas registradas no país, e 131.169 os associados, sendo de 102 mil contos o seu capital.

RECEITA ORÇAMINTARIA NACIONAL
EM MIL CONTOS DE RÉIS



A. PINEDO

P R O B L E M A S B Á S I C O S

Não podemos finalizar aqui a enumeração do que se está fazendo pelo engrandecimento do Brasil. Sem a constatação dos problemas básicos que estão merecendo particular atenção dos homens de governo, qualquer levantamento que se pretendesse proceder a respeito da realidade brasileira poderia afigurar-se artificial. O triângulo econômico — Produção, Consumo e Circulação — sintetiza propriamente a vida econômica de um país e por isso mesmo necessário se torna um apanhado geral, amplo tanto quanto possível, do que seus múltiplos aspectos representam. Teremos, pois, que considerar a realidade presente através das atuais atividades, não nos furtando a certo esquematismo, sem o qual tornar-se-ia interminável a exposição a que procedemos. Isso, é claro, em função do poderoso imperativo que é o aparelhamento do Brasil para a fase que agora penetra.

Chegaremos, ao seguinte: problemas humanos: povoamento, saneamento, previdência, instrução e técnica; problemas materiais: crédito, transporte, combustíveis, energia e fomento.

Povoamento: criação de condições próprias à fixação das populações e à marcha para Oeste; organização de núcleos coloniais agrícolas, na faixa de 150 quilômetros das fronteiras e nas regiões pouco povoadas mas de excelentes condições; política migratória e imigratória prudente e adequada.

Saneamento: vultosas obras nas zonas nordestinas assoladas pelas sêcas, onde já foi captada uma quantidade de água equivalente à da baía da Guanabara, construídos alguns milhares de quilômetros de rodovias e irrigada uma considerável extensão; drenagem e canalização sobre regiões tornadas inhóspitas pelos pântanos, como na Baixada Fluminense, onde se devolveu ao homem mais de mil quilômetros quadrados de terras férteis, próprias para a agricultura intensiva; combate sem trégua às endemias e às pragas que debilitam o homem e corrompem os povos.

Previdência: taxa de seguro para todo aquele que trabalha pela obrigatoriedade de contribuição para os institutos de aposentadoria e pensões do empregado, do empregador e do Estado; salário mínimo; justiça do trabalho.

Instrução: desenvolvimento do ensino primário e secundário e

aperfeiçoamento dos métodos de ensino; ensino rural; ensino técnico-profissional

Técnica: importação de técnicos estrangeiros para várias atividades, intercâmbio oficial de técnicos entre os Estados e entre a União e os Estados; obrigatoriedade de escolas técnico-profissionais junto aos estabelecimentos industriais de certas categorias.

Crédito: desenvolvimento e ampliação das Caixas Econômicas; criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, com empréstimos a 7% à lavoura; estabelecimento de determinada percentagem das arrecadações dos institutos de previdência social destinada a empréstimos à lavoura; proteção às cooperativas; legislação sobre sociedades anônimas com garantias próprias para estimular a sua formação e o seu desenvolvimento.

Transporte: eletrificação de várias estradas de ferro; intensificação da navegação aérea; construção de novas vias férreas e rodovias; ligação das ferrovias para a formação de um sistema ferroviário nacional; desobstrução de rios e de portos para facilitar a navegação; construção de portos e de aeroportos; aquisição em alta escala de material ferroviário, rodoviário, portuário e de navegação; encampação de estradas que não satisfaziam moral e materialmente às necessidades das zonas a que servem.

Combustíveis: descoberta do petróleo; proteção para a indústria carbonífera; intensificação da produção de álcool motor; estímulo à indústria do gasogênio; legislação especial dando ao Governo Federal exclusividade para a taxaço, objetivando-se a proteção dos combustíveis; reflorestamento.

Energia: organização, amparo e incentivo ao aproveitamento da energia hidroelétrica.

Fomento: padronização dos produtos; estímulo especial às cooperativas de produção; distribuição de sementes; facilidades para a aquisição de maquinaria agrícola; assistência técnica; estabelecimento de um plano quinquenal, com um crédito de três milhões de contos destinado exclusivamente a materiais.

Enfim, cada um dos aspectos aí focalizados constitui um tema que pode ser abundantemente considerado, por isso que eles constituem as bases da estrutura econômica da qual vai surgir a grande indústria. A orientá-los estão os Ministérios, os governos estaduais e municipais e os órgãos autônomos especializados.

Tôdas as manifestações da vida brasileira são controladas e orien-

tadas de acôrdo com os resultados que delas se pretende obter. Dessa assistência vai surgindo uma mentalidade nova, que adota com entusiasmo os princípios modernos de organização, de técnica e de eficiência, tanto na administração pública, quanto nas atividades privadas, para não falar nas classes armadas, cuja pujança, cujo material, cuja preparação e cuja laboriosidade nunca haviam sido atingidos anteriormente.

Temos necessidade de um grande Exército, de uma grande Marinha. E tudo quanto se faça para manter êsse grande Exército e essa grande Marinha, nunca será sacrifício. Sacrifício e vergonha é ver um país que pode produzir não dispor de recursos para mantê-los, quando é sabido da potencialidade econômica que êles provocam com a sua existência e as suas necessidades materiais, sendo como são fatores não só de educação e disciplina, mas de progresso e de técnica também.

Os órgãos federais em que repousa grande parte da responsabilidade desta fase construtiva, além daqueles que já foram citados anteriormente, são os seguintes: Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda; Conselho Federal do Comércio Exterior; Comissão de Defesa da Economia Nacional; Instituto Nacional de Resseguros; Departamento Administrativo do Serviço Público; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais; Departamento Nacional do Petróleo; Conselho Nacional de Águas e Energia; Conselho Nacional de Siderurgia e Metalurgia e Conselho de Segurança Nacional.

POTENCIALIDADE ECONÔMICA

Pelo que acima ficou dito, constata-se que o Brasil atravessa uma fase nova em sua vida, fase que se acentuou desde que foi instituído o Estado Nacional, regime que precisa ser analisado sobretudo do ponto de vista econômico. Sendo a Revolução de 1930 uma etapa de progresso, o regime nacionalista de 1937 foi precisamente a sua confirmação em sentido de aparelhamento e de organização, necessidades concretas face a um mundo ameaçador, em plena transformação política.

O Estado Novo é, portanto, uma etapa essencialmente progressista da civilização brasileira, e êle representa de fato a independência econômica de que tanto precisávamos para o engrandecimento do país e o enriquecimento do nosso povo.

A sua realidade pode ser figurada na evolução de nosso industrialismo, cujos índices revelam surpreendentes resultados:

NÚMEROS INDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL — 1929 = 100 (1)

PAISES	1930	1938
U. R. S. S.	130,9	470,0
Brasil.	77,2	192,6
Japão.	94,8	173,0
Chile.	100,9	136,9
Alemanha.	85,9	126,2
Polônia.	88,0	118,0
Grã Bretanha.	92,3	115,5
Holanda.	102,1	104,1
Itália.	91,9	98,5
Canadá.	84,8	90,0
Bélgica.	88,8	79,9
França.	99,1	76,1
Estados Unidos.	80,7	72,3

Aliás, no capítulo anterior foi visto o quanto se vem fazendo com o objetivo de organizar-se e facilitar-se a produção e a circulação. Não se compreenderia que outros resultados pudessem advir de tão fecundas providências. Esses resultados, porém, de maneira exata só os poderemos ter através do Recenseamento procedido este ano com todo o rigor da técnica moderna. Entretanto, pelo que nos é dado conhecer por intermédio de divulgações oficiais, os 45 milhões de brasileiros — que cada ano são aumentados de um milhão — já possuem uma expressão econômica que dista consideravelmente daquelas fases em que bastava uma leve redução nas exportações para que tudo em sua vida entrasse em crise. Hoje, com um mercado interno florescente, podemos enfrentar as alternativas do universo relativamente tranquilos, porque já o próprio povo brasileiro consome a maior parte do que produz e já o seu equipo de transportes e o seu parque industrial se preparam para solucionar, nas Américas, o problema dos gêneros, das matérias primas e das utilidades de que elas necessitam.

Seguindo uma política previamente traçada e rigorosamente obedecida, relativamente às matérias primas, podem as indústrias que delas se abastecem multiplicar sua produção, para a qual, diga-se de passagem, estão se abrindo os mercados estrangeiros. O quadro que organizamos e que a seguir vai publicado, tomando como base os anos de 1930 e 1939, revela o quanto se elevam as cifras da potencialidade econômica do povo brasileiro. O crescimento não só foi estupendo como, também, harmonioso para todos os elementos aí dispostos.

(1) — Dados do livro "Brasil" — 1939-1940, do Ministério das Relações Exteriores.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Em mil contos de réis

Especificação	1930	1939	Aumento %
Exportações.	2.907	5.615	193
Importações.	2.343	4.983	213
Cabotagem.	2.058	4.528	220
Produção industrial.	4.680	13.000	278
Produção agrícola.	8.000	14.000	175
Arrecadação da União.	1.678	3.795	226
Orçamentos dos Estados.	1.016	2.258	222
Imposto de Consumo.	357	1.030	288
Imposto de Rendas.	62	324	522
Direito de Importação.	626	1.031	165
Circulação monetária.	2.845	4.970	175
Depósitos bancários.	5.731	11.855	207
Depósitos nas Caixas Econômicas.	492	2.078	422
Bolsa de Valores.	335	797	238
População.	37	45	122

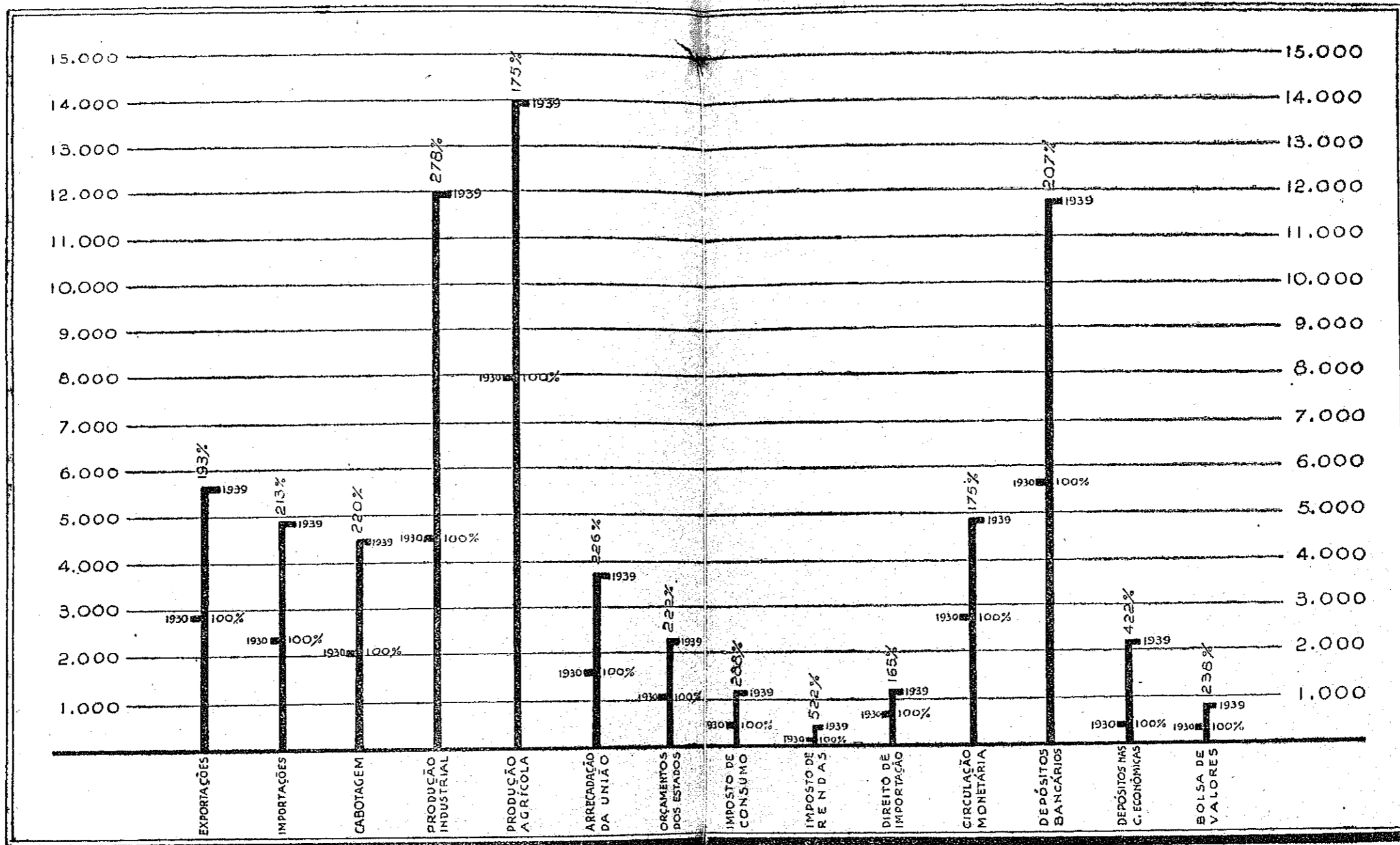
É fácil o constatar-se, considerando-se as percentagens de aumento, como aquela afirmativa se confirma. Com efeito, para todos os elementos que representam produção, consumo e circulação, desde a balança comercial até a arrecadação fiscal, passando pelas finanças públicas e o crédito, o crescimento nunca se apresenta inferior a 175%, que é precisamente o do aumento da circulação monetária. Mas, se se levar em consideração que o aumento, presumido para a população, que foi de 22%, dá para 1930 uma circulação fiduciária de quase 77\$ *per capita*, ter-se-á que, em 1939, a média subiu apenas a 110\$, o que revela entre ambos uma diferença de apenas 43% que é relativamente reduzida em confronto com a das atividades.

Todos os sectores da vida brasileira sofrem dêsse irresistível impulso. Os dados relativos a 1940, até agora conhecidos, revelam que o ritmo dêsse desenvolvimento está se acelerando de maneira notável, especialmente no que diz respeito à capacidade econômica do nosso povo.

As contribuições de previdência social revelam dados os mais interessantes sobre a divisão do trabalho, em 1939. Pelas mesmas pode obter-se, como totais por grupos, as seguintes cifras: industriais, 800.885, ou 44%; comerciários, 566.019, ou 31%; transportes (inclusive alguns serviços públicos), 448.058, ou 24% e, bancários, 21.484, ou 1%; total geral 1.836.446 empregados.

O Brasil dilata suas fronteiras econômicas e embora os proble-

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL
EM MIL CONTOS DE REIS



A. PINEDO

POPULAÇÃO: 1930 - 37 MILHÕES. 1939 - 45 MILHÕES. AUMENTO DE 22%

mas da marcha para Oeste sejam assaz complexos, verifica-se que os mesmos, a pesar dos embaraços naturais de que se revestem, vão encontrando as respectivas soluções com promissora segurança. As finanças públicas, como termômetro do desenvolvimento nacional, revelam o desembaraço com que o Brasil progride. Esse progresso, para um país das proporções e da falta de aparelhamento do nosso, naturalmente imporia uma reorganização em todos os domínios da atividade, até mesmo como necessidade das etapas futuras, em que o nosso tipo de economia cederá seus característicos aos de uma nação industrial.

A CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Logo após a instituição do Estado Nacional, em que se implantava o regime de economia dirigida, o Presidente Getúlio Vargas houve por bem determinar à Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, a preparação da Conferência Nacional de Economia e Administração. Pelo seu alcance e pela série de outras conferências complementares, é a Conferência Nacional de Economia e Administração o marco de um reajustamento harmonioso e efetivo entre a ação governamental, desde o Governo Federal até os estaduais e os municipais, e a ação privada. A própria maneira com que foi esse certame preparado, com um inquérito que buscou as informações — verdadeiro levantamento das existências e possibilidades do país — na célula mesma da nacionalidade que é o Município, revela a orientação essencialmente prática do sr. Getúlio Vargas nos seus propósitos de dar organização ao Brasil.

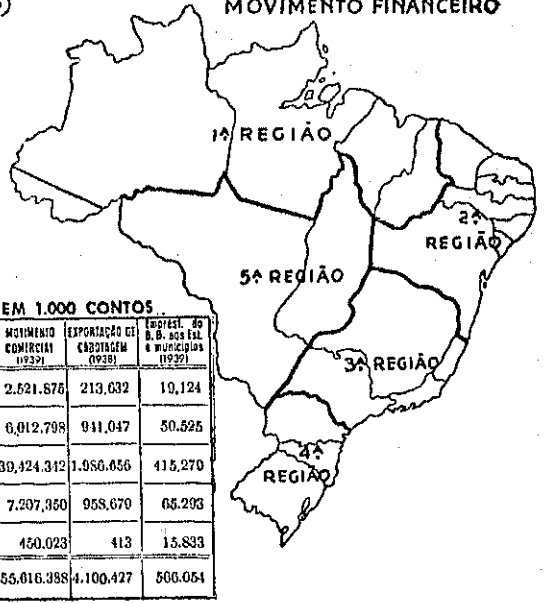
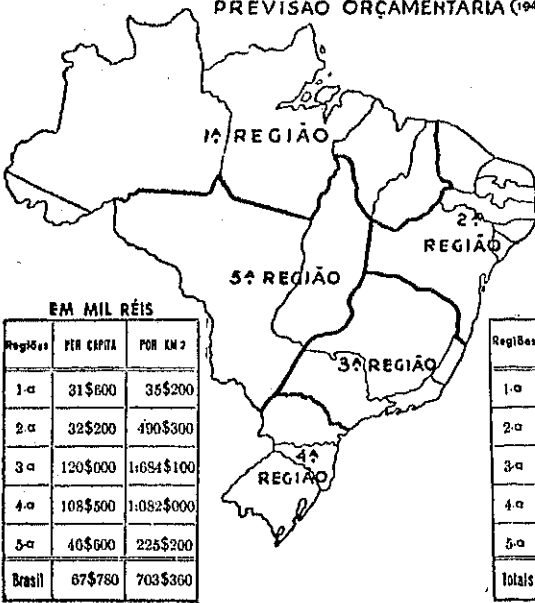
O primeiro resultado do referido inquérito municipal foi grupar os Estados de acôrdo com as respectivas produções e os sistemas de transportes, em regiões geoeconômicas. Cinco são essas regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro.

A bacia amazônica, com ocorrência mais geral do transporte fluvial, juntaram-se os Estados do Maranhão e Piauí, onde ainda se tem que contar com as atividades extrativas primárias. A região do Nordeste vem do Ceará à Baía, onde as secas intermitentes atingem boa parte do território, pese a presença do caudal do São Francisco. Ao Sudeste localiza-se, no atual ciclo econômico brasileiro, a maior utilização dos fatores de riqueza, com os Estados de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, quase todos em fase superior à preindustrial. O Rio Grande do Sul capitaneia a região Meridional, também com indústria, transporte e crédito desenvolvidos. Goiás e Mato Grosso compõem o Centro. Aproximam-se da Amazônia nos índices de aproveitamento, como no sentido geográfico, e apresentam a particularidade de constituírem o grande divisor de águas do continente, achando-se em seus vastos territórios cabeceiras dos sistemas platino e amazônico.

DADOS FINANCEIROS

PREVISÃO ORÇAMENTARIA (1940)

MOVIMENTO FINANCEIRO



EM MIL RÊIS

Regiões	PER CAPITA	POR KM ²
1ª	31\$600	35\$200
2ª	32\$200	400\$300
3ª	120\$000	1.084\$100
4ª	108\$500	1.082\$000
5ª	40\$600	225\$200
Brasil	67\$780	703\$360

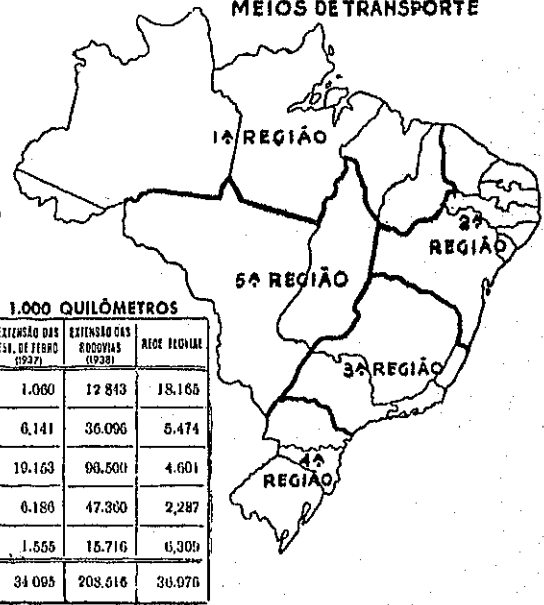
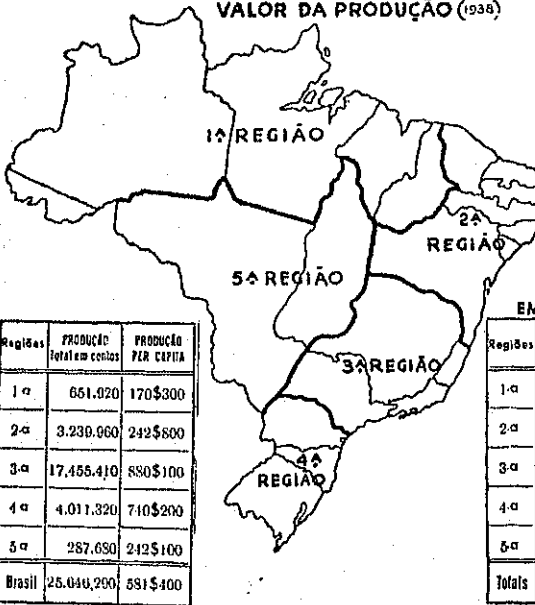
EM 1.000 CONTOS

Regiões	MOVIMENTO COMERCIAL (1939)	EXPORTAÇÃO DE CROSTIÇA (1939)	Emprest. do B. B. aos Est. e Municipios (1939)
1ª	2.521.575	213.032	10.124
2ª	6.012.798	941.047	50.525
3ª	30.324.312	1.956.656	415.270
4ª	7.207.350	958.670	65.293
5ª	450.023	413	15.833
Totais	55.016.398	4.100.427	500.054

DADOS ECONÔMICOS

VALOR DA PRODUÇÃO (1938)

MEIOS DE TRANSPORTE



Regiões	PRODUÇÃO Total em contos	PRODUÇÃO PER CAPITA
1ª	651.920	170\$300
2ª	3.230.060	242\$600
3ª	17.455.410	880\$100
4ª	4.011.320	710\$200
5ª	287.650	242\$100
Brasil	25.040.290	591\$400

EM 1.000 QUILOMETROS

Regiões	EXTENSÃO DAS ESTR. DE FERRO (1937)	EXTENSÃO DAS RODOVIAS (1938)	ÁREA REGIÃO
1ª	1.060	12.843	18.165
2ª	0.141	36.096	5.474
3ª	10.163	98.500	4.601
4ª	0.180	47.300	2.287
5ª	1.555	15.716	6.309
Totais	34.095	208.516	30.070

São essas as grandes linhas da divisão geoeconômica que servem de estrutura às pesquisas dos técnicos oficiais. Imprecisas em seus limites e sem fronteiras fechadas em face à complexidade dos fenômenos naturais e sociais, mas adequadas aos estudos dos problemas pertinentes aos grupos humanos solidarizados no Estado brasileiro.

Os quadros que a seguir se publica, extraídos do balanço municipal, retrata, pelas ocorrências de produção, a divisão conforme se impôs :

DADOS DO INQUÉRITO MUNICIPAL DE 1938
 Organizado pela Secretaria do Conselho Técnico de
 Economia e Finanças
PRODUÇÃO PELAS REGIÕES GÉO-ECONÔMICAS

Agrícola

Industrial



1ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	117-120 %
Tem produção agrícola 117-120 %	1ª REGIÃO
2ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	137-138 %
Tem produção agrícola 137-138 %	2ª REGIÃO
3ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	119-120 %
Tem produção agrícola 119-120 %	3ª REGIÃO
4ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	113-120 %
Tem produção agrícola 113-120 %	4ª REGIÃO
5ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	125-126 %
Tem produção agrícola 125-126 %	5ª REGIÃO

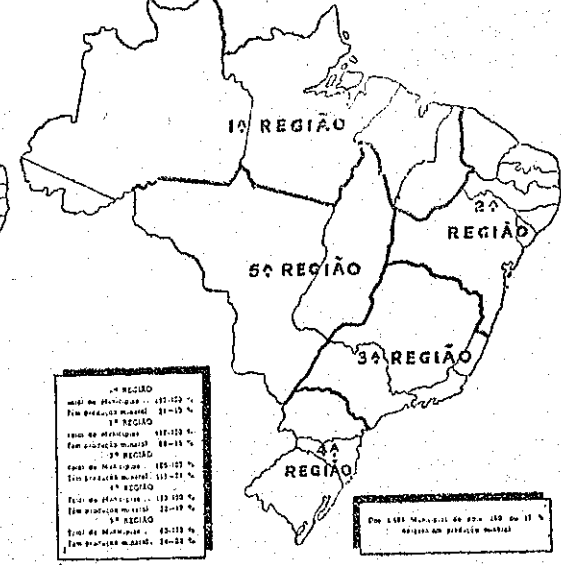
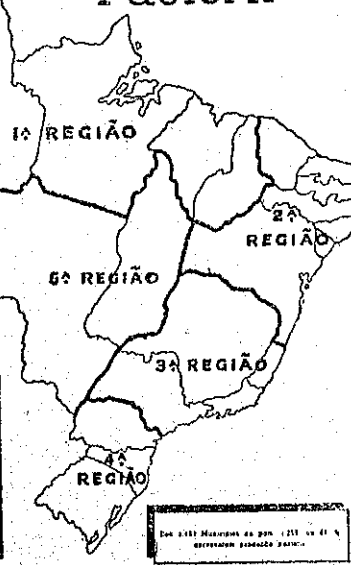
Das 1413 Municípios de 1938, em 97 %
 apresenta produção agrícola

1ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	132-133 %
Tem produção industrial 132-133 %	1ª REGIÃO
2ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	147-148 %
Tem produção industrial 147-148 %	2ª REGIÃO
3ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	113-114 %
Tem produção industrial 113-114 %	3ª REGIÃO
4ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	101-102 %
Tem produção industrial 101-102 %	4ª REGIÃO
5ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	121-122 %
Tem produção industrial 121-122 %	5ª REGIÃO

Das 1413 Municípios de 1938, em 81 %
 apresenta produção industrial

Pastoril

Mineral



1ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	121-122 %
Tem produção pastoril 121-122 %	1ª REGIÃO
2ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	137-138 %
Tem produção pastoril 137-138 %	2ª REGIÃO
3ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	119-120 %
Tem produção pastoril 119-120 %	3ª REGIÃO
4ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	113-120 %
Tem produção pastoril 113-120 %	4ª REGIÃO
5ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	125-126 %
Tem produção pastoril 125-126 %	5ª REGIÃO

Das 1413 Municípios de 1938, em 21 %
 apresenta produção pastoril

1ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	137-138 %
Tem produção mineral 137-138 %	1ª REGIÃO
2ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	147-148 %
Tem produção mineral 147-148 %	2ª REGIÃO
3ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	113-114 %
Tem produção mineral 113-114 %	3ª REGIÃO
4ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	101-102 %
Tem produção mineral 101-102 %	4ª REGIÃO
5ª REGIÃO	
Total de Municípios ..	121-122 %
Tem produção mineral 121-122 %	5ª REGIÃO

Das 1413 Municípios de 1938, em 17 %
 apresenta produção mineral

Com base nesses fatores, o Presidente reuniu os seus interventores e os seus ministros, fazendo com que todos os problemas dos Estados fossem debatidos por pastas ministeriais, o que deu uma idéia precisa do vulto desses problemas em conjugação com os da União. A seguir, os interventores nos Estados componentes de cada região geoeconômica estiveram novamente reunidos pelos respectivos grupos, com o que foi possível obter-se para os mesmos problemas um novo critério regional mais amplo que o estadual e, portanto, mais condizente com a estrutura do regime.

Do ponto de vista da administração fazendária, desde que da Conferência dos Secretários de Fazenda dos Estados, reunida em 1938, sob a presidência do ministro da Fazenda, resultara a redistribuição de atribuições financeiras, inclusive tributárias, entre a União, os Estados e os Municípios, necessário se tornava uma coordenação administrativa. Em consequência, a secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças foi incumbida, ainda desta vez, de preparar os elementos com que estabelecer-se as bases da padronização orçamentária.

Terminados os trabalhos preparatórios, reuniu-se em 1939 a Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, a qual se integrou de delegações das Secretarias de Fazenda, dos Departamentos das Municipalidades e das Prefeituras das Capitais e foi presidida pelo secretário técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Depois de longos debates entremeados de demorados estudos, resolveu-se o estabelecimento de normas financeiras, orçamentárias e de contabilidade para os Estados e Municípios. Os padrões então adotados na segunda conferência fazendária, reunida nas mesmas condições da anterior, sofreram as alterações recomendadas pela experiência da primeira aplicação e a eles se juntaram os padrões dos balanços financeiros, cuja obrigatoriedade foi estabelecida, bem como determinados os prazos para sua entrega.

Desbordando de seu programa, pelo volume de teses de mais alta relevância, a II Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários sugeriu ao Governo Federal a reunião de uma conferência especialmente para o estudo dos problemas de legislação tributária, de vez que, tendo a economia o seu controle e a administração os seus padrões, ficava como uma excrescência de antanho o sistema fiscal. Em consequência, o Presidente da República baixou decreto convocando a Conferência de Legislação Tributária dos Estados e Municípios e sua preparação, como a das demais, confiava à secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Este órgão do Ministério da Fazenda, no momento, procede às pesquisas e às análises relativas aos referidos problemas, procurando orientar-se em meio aos mesmos pelo critério geoeconômico, dentro do qual

aliás, se realizará a Conferência, pois que se está partindo do princípio de que a tributação deve atender fundamentalmente às condições econômicas da região sobre a qual incide e daquele outro que demonstra ser o Brasil um ajuntado de regiões dos mais diferentes matizes econômicos.

FINANÇAS NACIONAIS

A Constituição brasileira discrimina os tributos segundo as divisões administrativas do país, mantendo as linhas gerais da discriminação que lhes atribuiu a carta de 1934. Cabem à União os impostos de importação, consumo, renda e sêlo sobre atos emanados do Governo federal. Aos Estados competem os de vendas e consignações, exportação, territorial rural, transmissão de propriedade e atos diversos emanados de sua economia ou legislação. Os municípios arrecadam os impostos predial, de licença, territorial-urbano e sobre diversões públicas. O imposto de "indústrias e profissões" é atribuído, concomitantemente, aos Estados e Municípios, que devem cobrá-lo nos territórios respectivos, em partes iguais. O de exportação, manda a Carta de 10 de novembro de 1937 que não exceda de 10% sobre os valores incididos, e lei especial posterior já determinou a gradativa diminuição de suas taxas até a completa extinção do tributo, em 1943. Os impostos interestaduais ficaram terminantemente vedados, proibidas as barreiras alfandegárias que dificultam a circulação interna.

Aos Estados é permitida a criação de impostos que não os constantes de discriminação constitucional, impedida, porém, em qualquer caso a bitributação especial, constituídas as suas fontes de receita pelas que se atribuem aos Estados e Municípios, salvo reservas quanto às espécies "indústrias e profissões" e "vendas e consignações".

Assim discriminada, a receita geral tributária do país compreende o orçamento da União, os orçamentos dos 20 Estados, os dos 1.574 Municípios e o do Distrito Federal. Ao todo 1.596 leis orçamentárias que prevêm a arrecadação de 5.544.680 contos de réis para o corrente ano de 1940. Mas todos esses orçamentos, segundo a lei, incluem as receitas e despesas dos serviços industriais do Estado, assim elevando a receita pública nacional a 7.872.613 contos de réis. E pouco, relativamente quase nada, contém esta cifra de operações de crédito, de vez que o dispositivo legal só permite a inclusão, nos orçamentos, de operações anteriormente contratadas.

Não foram considerados, no montante das receitas tributárias, as contribuições e taxas das várias autarquias financeiras, de administração semiautônoma, os chamados organismos paraestatais. Institutos de coordenação e defesa de vários ramos especiais da produção, como o café, o açúcar e o mate, ou mesmo os de seguro social e o de resseguros, de recente criação, colocam-se por seu sistema especial, à margem das

leis de previsão orçamentárias, todos possuindo sistemas contábeis próprios e autodeterminados.

No caso do Brasil, é ao Governo central que cabe o maior montante na arrecadação e emprêgo dos dinheiros públicos. A receita para 1940, do Governo Federal, atinge a 4.209.417 contos, correspondentes a 53,47% da receita geral brasileira no presente exercício. Seguem-se, conforme o quadro, as unidades federadas, os Municípios e o Distrito Federal, este com 5,62%.

A RECEITA E DESPESA PÚBLICA NACIONAL PELOS ORÇAMENTOS DE 1940

	RECEITA	%	DESPESA	%
União.	4.209.417.000,0	53,47	4.421.841.857,0	54,41
Estados.	2.353.019.962,0	29,89	2.387.787.338,0	29,38
Municípios.	867.630.561,5	11,02	875.716.054,3	10,77
Distrito Federal.	442.545.500,0	5,62	442.327.226,2	5,44
Total.	7.872.613.023,5	100,00	8.127.672.475,5	100,00

Nas receitas de natureza tributária as relações percentuais se mantêm com semelhança acentuada; A União cai para 52,81% e os Municípios para 10,81%. Elevam-se sobretudo os Estados e o Distrito Federal. Nos Estados é o imposto de "vendas e consignações" que cobre 43,09% do montante geral dos impostos, seguidos, na ordem decrescente, pelas espécies "indústrias e profissões", que somam 25,03%. No orçamento da União predominam os direitos de importação e de consumo em partes quase iguais, atingindo 76% da receita tributária federal, ficando o restante aos impostos sobre a renda e do selo.

PRINCIPAIS IMPOSTOS BRASILEIROS FEDERAIS E ESTADUAIS

(Ordem decrescente — Em contos de réis)

Consumo	1.113.700
Importação	1.112.950
Vendas e Consignações	773.780
Renda	395.000
Selo Federal (atos emanados)	305.950
Indústrias e Profissões	220.893
Transmissão de Propriedade	218.234
Exportação	176.523
Território Rural	105.229
Selo Estadual	88.314

A ordem decrescente dessas incidências dá o primeiro pôsto à "circulação das riquezas" com 56,41% das receitas fiscais, seguindo-se as cifras que recaem sobre a propriedade, já com 17,78%. Isto quanto aos Estados componentes da Federação. Mas se forem considerados os totais relativos ao país, incluindo os municípios e a União, não será muito diferente a situação porque esta, como vimos, haure no consumo e na importação 76% de seus recursos de domínio público e as suas municipalidades apenas concorrem para as cifras gerais de tributos com 10,81%.

RECEITA TRIBUTÁRIA NACIONAL

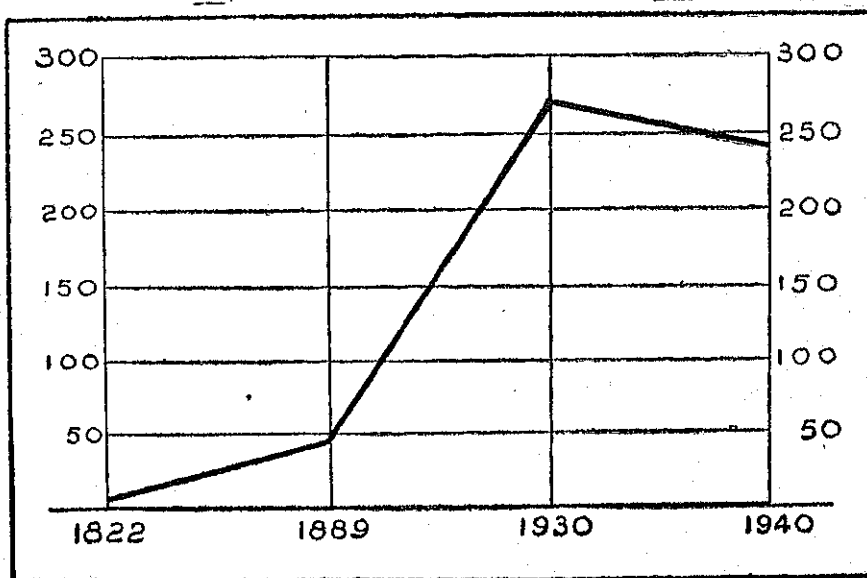
Segundo orçamento de 1940

DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL

União — Estados e Municípios

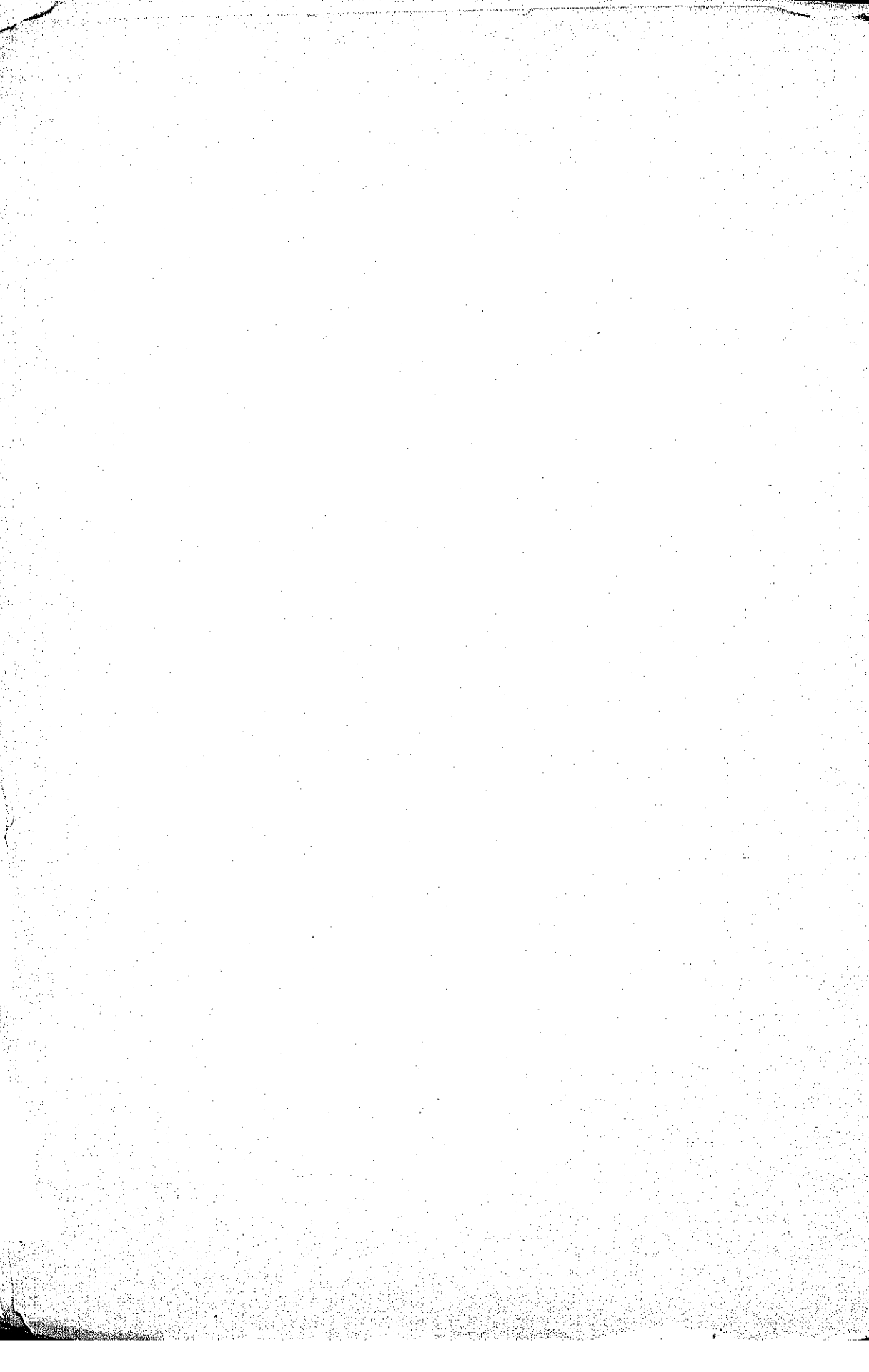
CIRCULAÇÃO DE 1822 A 1940

Em milhões de Libras



A FINCO

A Conferência de Legislação Tributária, a reunir-se dentro de meses e de cuja preparação foi, pelo Presidente da República, incumbida a secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, cuidará com especial carinho de encontrar as soluções adequadas aos referidos problemas, porque assim o exigem as novas condições econômicas do Brasil, criadas pelo Estado Nacional.



INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

As nações são como os homens: possuem ossos, sangue e músculos. O ferro e o aço representam os ossos. O petróleo é o sangue. A borracha representa os músculos.

As nações modernas mais poderosas possuem em seu território, quando muito, um daqueles elementos. Os outros, costumam ir buscá-los em suas colônias ou nos países pobres que os vendem para depois comprar as utilidades que deles são fabricadas.

O Brasil possui todos os três em abundância e só necessita de meios materiais para explorá-los. Precisa de capitais, de máquinas e de técnicos; o que sempre lhe faltou, razão por que perdeu tanto tempo.

Até 1930, tudo quanto seu povo produzia esvaía-se para o estrangeiro, de forma que pouco ou quase nada restava para a reprodução. Assim mesmo, foi por obra dêsse quase nada que aqui ficou em mãos dos brasileiros, e mais a leal cooperação que alguns industriais estrangeiros nos trouxeram, que vimos nossa Pátria engrandecer-se através dos séculos.

Em 1937, tendo adotado o regime de economia dirigida e estabelecido em seus justos limites o problema da dívida externa, demos um passo mais largo no sentido de possibilidades que nos eram vedadas.

Em 1940, fazendo jorrar o petróleo nordestino, ressurgir a borracha amazônica e implantar a grande siderurgia, o Brasil atinge as fronteiras reservadas exclusivamente às nações mais poderosas da terra.

Ano histórico como êsse, em que, por sinal, se comemora, no Brasil, o 10.º aniversário de um ciclo governamental e, no mundo, o primeiro ano de guerra, faz pensar nas estranhas coincidências da História. Para o Brasil e para o universo êste 1940 apresenta-se, portanto, como um ano sem precedentes, pois enquanto o Velho Mundo se destrói, a civilização americana, de que o Brasil é uma síntese, abre as suas asas para ganhar as alturas.

Na América, que é o único Continente onde reina a paz, os povos trabalham e se esforçam para conservar-se afastados do cataclisma que ensanguenta os outros continentes e subverte a sua estrutura econômica, política e social.

Dentro dela, o Brasil — que além do mais não tem problemas de fronteiras com nenhum de seus vizinhos — é uma generosa afirmação de fraternidade e, por isso, quanto lhe acontece repercute de extremo a extremo do

Continente, como algo que diz respeito a todos os povos em geral e a cada um em particular.

Quando conquistámos nossa independência política, foi como se a liberdade tivesse sorrido para todos. E agora que conquistámos a nossa independência econômica, é como se todos, ainda uma vez, participassem dessa redenção.

É que o Brasil, como segunda nação continental e a primeira do hemisfério Sul, tem sua missão histórica a cumprir e o cumprimento dessa missão está intimamente vinculado à economia panamericana.

Seus filhos, vencendo mil percalços, conseguiram montar aqui um parque industrial de transformação que se não é propriamente poderoso, representa ao menos o arcabouço da formidável estrutura nacional de amanhã. Para chegar a isso, nós precisávamos fazer exatamente o que estamos fazendo, isto é, procurar que o país se assemelhasse ao homem, tonificando seus ossos, seu sangue e seus músculos.

Estamos, pois, na iminência de vencer a etapa que nos falta para ver nossa Pátria convertida em estrela de primeira grandeza, de cintilação poderosa, sim, mas pacífica, cordial, amiga.

A nossa industrialização é um problema panamericano. De nós desejam os outros povos americanos solidariedade e cooperação. Solidariedade nós a vimos prestando sem nunca havermos desmentido a confiança que nos dispensaram. Cooperação também a temos dado, mas fraca em relação ao sentido e à medida daquela de que de nós eles necessitam. Essa, nós a daremos de agora em diante, assim como aceitamos a que nos quiserem trazer.

Porque a verdade é que a missão histórica do Brasil, nesta parte do planeta, consiste precisamente em abastecer seus vizinhos de tudo aquilo que eles são forçados a procurar em outros continentes. As suas indústrias, a nossa matéria prima. As suas necessidades, as nossas manufaturas.

Entretanto, um país que só possui indústrias de transformação, isto é, que não possui indústria pesada, ou por outra, que não fabrica suas próprias máquinas, pode apresentar os elevados índices que quiser, porém nunca deixará de ser de economia dependente e jamais será uma potência industrial. Aqui se encerra todo o sentido do momento que vivemos, pois com a montagem da grande siderurgia, alimentada pelo nosso ferro e o nosso carvão, nos passaremos a fabricar nossas próprias máquinas, máquinas que alimentaremos com os nossos próprios combustíveis, máquinas que beneficiarão as nossas próprias matérias primas, máquinas que forjarão as armas com que nos defenderemos.

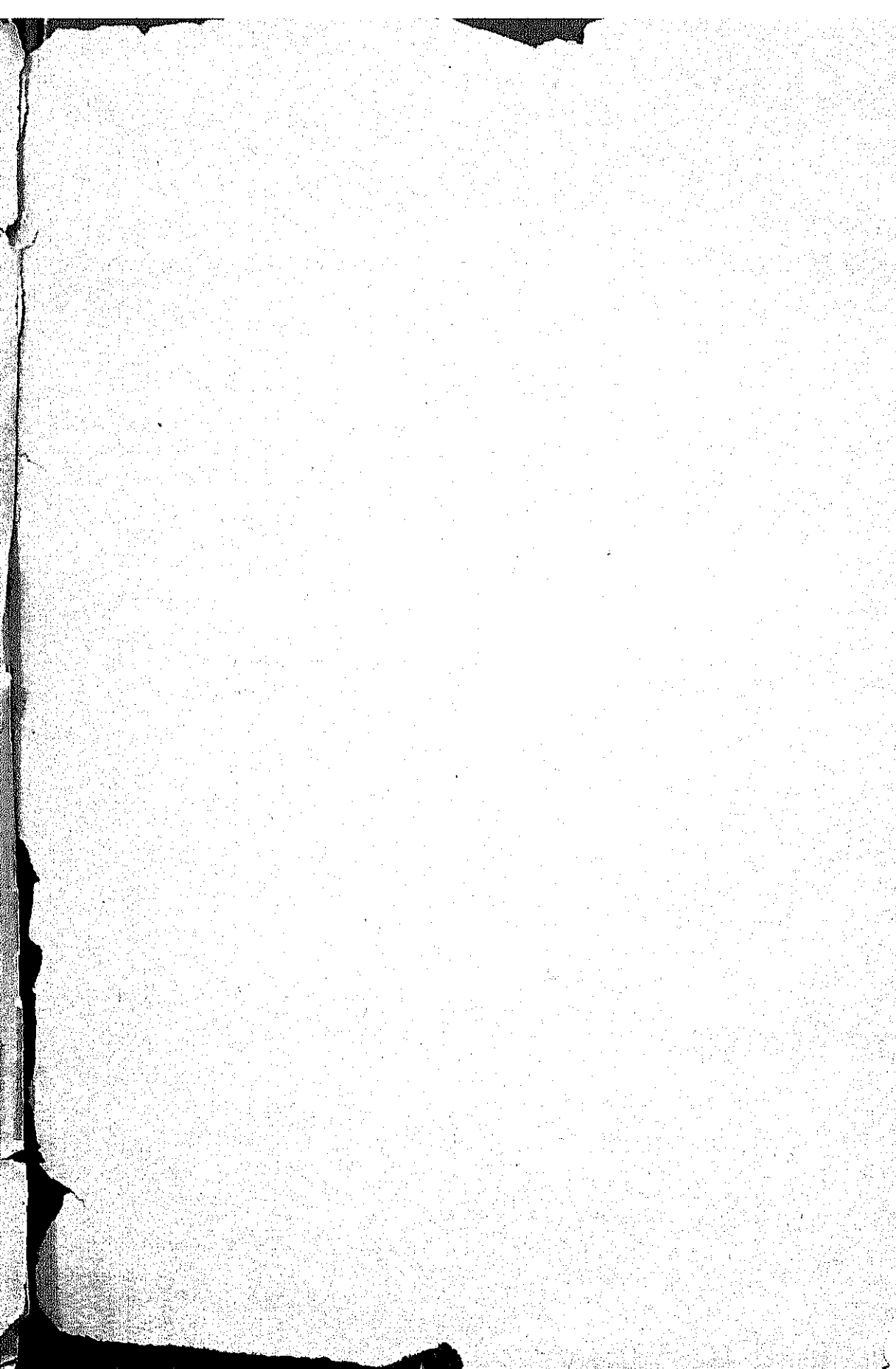
Nessa coordenação de energias e de elementos, aonde nos levará nosso próprio impulso? É fácil prever; basta que olhemos quanto ainda precisa ser feito pelo nosso povo e o nosso país, em matéria de defesa.

nacional, de cultura, de saúde e de conforto. E, também, quanto precisam de nós os povos irmãos das Américas.

Após quatro séculos de existência, o Brasil viu pela primeira vez uma brecha na História e penetrou resolutamente por essa brecha e o que vê por fim premiados todos os seus sacrifícios.

A profunda intimidade que os acontecimentos guardam entre si e com certos homens predestinados, enche as páginas da nossa História. É assim que podemos ver na abertura dos portos a Independência Política, na Abolição a República, na Revolução de 30 o Estado Nacional e no Estado Nacional a Independência Econômica, da mesma forma que Cairú se associa ao fim do período colonial, Mauá ao fim do período feudal e Getúlio Vargas ao início do período industrial propriamente dito.

5 SET 193



270

GRÁFICA OLÍMPICA
MIGUEL COUTO, 92